

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 12

Dezembro de 1920

Ano LXXII

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

LIÇÕES DA GRANDE GUERRA

(Continuação)

Principio regulador do ataque por vagas sucessivas

Observando no seu conjunto o processo de ataque por vagas sucessivas, mais geralmente seguido pelos alemães para obter o máximo da potencia em profundidade, atinente a produziu a *decisão*, poderá consubstanciar-se no seguinte principio: *Nenhum limite deve marcar-se ao ataque da infantaria*; este limite será alcançado naturalmente por cada unidade, quando sobre o seu eixo de combate a resistencia do adversário seja tão energica que não possa quebrantar-se sem recorrer a novas disposições.

Em consequência, nenhuma unidade deve preocupar-se com a sua ligação com as unidades imediatas.

Sustentadas constantemente pelos reforços que afluem da retaguarda, as vagas da infantaria alemã avançam resolutamente com a preocupação única de ganhar terreno sempre que o inimigo ceder ante o seu esforço.

Nem todos os elementos conseguem a mesma progressão no terreno, mas essa circunstância não influe para deter o movimento.

Em alguns pontos das linhas do defensor formam-se, por vezes, nucleos de vigorosa resistencia, que os elementos mais avançados da ofensiva não podem vencer, mas que envolvem deslizando nas suas imediações, deixando que as vagas da retaguarda os ataquem de frente, forçando-os à retirada ou à rendição, como sucedeu em Kimmel e em Plemont.

Assim se explicam os objectivos afastados assinados ás divisões de ataque alemãs, objectivos que mais propriamente se podem considerar como pontos de direcção de marcha ofensiva.

Atingi-los constituiria um éxito total, talvez superior às esperanças concebidas; mas aproximar-se dêles, tanto quanto seja possível, representa a missão especial cometida á infantaria.

Eis aí como esta arma no desempenho da ardua missão, que lhe foi imposta pelo comando alemão, investe interratamente no fim de março de 1918 em direcção a Montdidier, lançada adiante a uma distância tal que chegou a combater sem dispôr sequer da artilharia de campanha, que ficára à retaguarda.

Em resumo, a tática alemã do campo de batalha inspirava-se no principio napoleónico de vibrar golpes sobre golpes, sem deixar descansar o inimigo, fazendo convergir sobre os centros da resistencia adversa sucessivas massas de tropas, tendo em vista a máxima do grande capitão dos tempos modernos de que a fôrça dum exército, como a fôrça dum movimento em mecânica, se avalia pela massa multiplicada pela velocidade.

Breves considerações sobre o dispositivo tático do C. E. P. em Flandres

Ao passo que a Alemanha suprimira desde março de 1915 a brigada de infantaria, fortalecendo a constituição orgânica do regimento desta arma, que ficava dispondo dos elementos indispensaveis para sustentar um combate regular em todas as suas fases, quer em campo aberto, quer na luta de trincheiras,—no exercito inglês subsistia a unidade brigada de infantaria, composta de quatro batalhões, desaparecendo a unidade regimento.

Sob o ponto de vista tático, a brigada de infantaria britânica correspondia ao regimento da infantaria alemã, remodelado em 1915.

Salvo pequenas diferenças orgânicas, a brigada inglesa tinha adjuntos, como o regimento alemão, todos os elementos que os recentes progressos da sciencia, das artes e das indus-

trias indicavam como essencialmente proficuos para o combate desta unidade.

O Corpo expedicionário português, encorporado no exercito inglês em Flandres, teve de amoldar a sua constituição orgânica à deste exercito.

Assim, em lugar de se manter o regimento de infantaria a tres batalhões, como prescrevia o nosso regulamento tático, organizaram-se brigadas a quatro batalhões, em analogia com a organização inglesa.

No dispositivo de combate de cada divisão, duas brigadas em 1.^a linha guarneciam dois grandes sectores, ficando a terceira brigada à retaguarda.

Esta brigada, que estava naturalmente indicada para reserva da respectiva divisão, passou em breve a fazer parte dum novo agrupamento — a reserva do corpo, — de que o commando do C. E. P. dispunha segundo as eventualidades.

Era, portanto, a brigada ¹ a maior unidade tática, base da defesa do sector, ficando-lhe agregados todos os elementos de combate existentes no respectivo sector.

Esses elementos eram:

- a) As batarias de metralhadoras pesadas;
- b) As batarias de artilharia de campanha;
- c) As batarias de morteiros pesados;
- d) As batarias de morteiros médios.

As companhias de sapadores mineiros e os grupos de peoneiros, embora considerados como fazendo parte da reserva divisionária, também cooperavam na defesa imediata do sector, quando nele se encontravam trabalhando efectivamente.

O denominado sector português na Flandres desenvolvia a sua linha de frente numa extensão de 10 quilometros, aproximadamente, guarnecida por tropas das duas divisões do Corpo, sendo sensivelmente mais extensa a frente ocupada pela divisão da direita, cujo Quartel General se estabelecera

¹ Recorremos nesta parte aos esclarecimentos contidos no interessante livro «Os Portugueses na Flandres» do sr. coronel Fernando Freiria, onde se encontra proficientemente desenvolvido tudo o que se refere à organização do C. E. P., ao sector que lhe foi destinado, aos serviços correlativos e aos processos de combate empregados na guerra de trincheiras.

em Lestrev, ao passo que o Quartel general da divisão da esquerda tinha a sua séde em Gorgue.

Delimitado em parte pelo canal de la Lys, a N., e pelo canal de La Bassée, a S., o sector português era assinalado na sua frente pela linha de trincheiras avançadas, que se estendiam desde New Bond Street, a N., até Schtland Road, a S. de Quinque Ruc.

Do lado inimigo, a linha mais avançada de trincheiras desenvolvia-se a O. de Aubers, a uma distância das trincheiras portuguesas, variável de 80 a 250 metros.

Os sectores atribuidos a cada brigada eram subdivididos em dois sub-sectores, cada um dos quais guarnecido por um batalhão.

A distribuição das forças do C. E. P. pelos respectivos sectores implicava em cada divisão, como dissemos, o dispositivo de duas brigadas em 1.^a linha, ficando as 3.^{as} brigadas à retaguarda em 2.^a linha, evidenciando-se desde logo a falta duma 3.^a linha que constituísse a reserva geral do C. E. P.

Desde que se adoptara um dispositivo de combate em que quatro brigadas deviam desenvolver na frente, constituindo a 1.^a linha táctica, ficando as duas restantes à retaguarda na 2.^a linha táctica (reservas parciais de divisão), era intuitivo que para o dispositivo ficar completo, em harmonia com os principios tácticos correntes, deveria admitir-se a coexistência duma 3.^a linha (reserva de corpo ou reserva geral) constituída por uma unidade importante, que, normalmente, atinge o efectivo duma divisão.

A deslocação das duas brigadas (reservas divisionarias) para constituírem a reserva de Corpo, como mais tarde succedeu, deixou subsistir a deficiencia do dispositivo.

Segundo os esclarecimentos colhidos no livro «Os Portugueses na Flandres», o sistema de defesa do Sector Português teve de se amoldar ao sistema geral de defesa seguido no exercito britânico, no qual o C. E. P. foi incorporado.

Mas o exercito da Grã-Bretanha, que mobilizou milhões de homens, certamente dispunha de escalões de reserva que completassem os dispositivos tácticos das suas grandes unidades em combate, ao passo que o Corpo expedicionário português na Flandres embora o seu efectivo orçasse por 50:000 homens, lutou sempre com dificuldades insanáveis para guar-

necer convenientemente o extenso sector que lhe foi distribuído.

Por um lado, a complexidade dos serviços administrativos e sanitarios absorvendo milhares de homens com que não se podia contar na linha de fogo; por outro lado o depauperamento crescente das unidades por efeito de doenças, de baixas em combate ou por incapacidade física, sem que do país se suprissem imediatamente as faltas de pessoal ocorridas no decurso da guerra,—foram os factores determinantes da deficiência de efectivos em combate, constatada no C. E. P.

O sistema defensivo do Sector Português comportava uma série de linhas defensivas escalonadas em profundidade.

A' frente a denominada linha A, constituída por uma trincheira contínua e protegida do lado do inimigo por uma triplice faixa de arame farpado, parecia afectar o caracter duma verdadeira linha de observação e vigilância.

Paralelamente, à sua retaguarda, e a uma distância variável de 300 a 800 metros, desenvolvia-se outra linha contínua de trincheiras—Linha B—que, segundo se depreende do citado livro, poderia considerar-se como constituindo a linha principal de defesa de cada divisão, onde se deveria resistir até à ultima extremidade.

As linhas A e B eram normalmente guarnecidas por dois batalhões de cada brigada em 1.^a linha.

Mais à retaguarda, a uma distância variável de 500 a 800 metros, existia uma linha descontínua—linha C—, ocupada por um terceiro batalhão, que constituia em cada brigada avançada o seu apoio imediato.

O ultimo batalhão de cada brigada em 1.^a linha, acantonado à retaguarda, constituia a reserva da 1.^a brigada.

O conjunto das linhas A, B e C designava-se geralmente por *defesas de 1.^a linha*, e as forças que as ocupavam, incluindo as reservas parciais das brigadas avançadas, poderiam considerar-se a 1.^a linha táctica, em analogia com os dispositivos preconizados para as grandes unidades em combate em campo aberto.

Esta 1.^a linha absorvia, como vimos, em toda a frente do sector português, quatro brigadas, ou sejam $\frac{2}{3}$ do efectivo total do Corpo ficando só duas brigadas para o desempenho

das missões a cargo das 2.^a e 3.^a linhas tácticas duma grande unidade em combate, o que era visivelmente insuficiente.

Atentando na distribuição da fôrça da 1.^a linha táctica, vê-se que os batalhões mais avançados dispunham 2 ou 3 companhias na frente (Linha A) e duas ou uma companhia em apoio (Linha B), o que no conjunto do sector português representaria a totalidade de 16 ou 24 companhias na linha A e 16 ou 8 companhias na linha B.

Ora, desde que a linha A se considerava uma simples linha de observação e a linha B a principal linha de defesa em cada divisão, natural era que a primeira destas linhas fosse fracamente guarnecida, reservando-se maior número de elementos para resistência na linha B.

Era desta forma que se procedia no campo inimigo, nas trincheiras alemãs, segundo o testemunho de bastantes officiaes do nosso exercito, que tiveram occasião de observar a fraqueza dos effectivos adversos nas suas linhas avançadas, ao passo que congregavam maiores elementos de resistência nas linhas imediatas.

Numa mais judiciosa distribuição das forças se poderia ter encontrado a melhor solução da organização defensiva do Sector Português, se a adaptação inicial do C. E. P. aos moldes britânicos, mais prodigos em effectivos, não houvesse, porventura, entravado iniciativas inteligentes do comando português.

Em lugar de attribuir à 1.^a linha táctica $\frac{2}{3}$ do effectivo total, prodigalizando elementos talvez excessivos à linha de observação, em detrimento doutros escalões de maior importância, mais racional nos parecia ter adoptado desde principio o dispositivo geral do C. E. P. em tres linhas tácticas, attribuindo a cada linha duas brigadas, porque a articulação das unidades de infantaria permitiria, pela sua flexibilidade, guarnecer eficazmente a frente de combate de cada divisão, facultando, em harmonia com os principios tácticos, uma reserva geral (as 3.^{as} brigadas), às ordens directas do comandante do Corpo, sem privar as divisões de forças que em 2.^a linha (as 2.^{as} brigadas) as apoiassem eficazmente perante um ataque do inimigo.

Por esta forma cada divisão desenvolveria na 1.^a linha

táctica sómente uma brigada, a qual destinaria tres batalhões para guarnecer as linhas A e B, reservando-se o 4.º batalhão para apoio imediato da brigada (linha C).

Cada um dos tres batalhões avançados estabeleceria uma companhia na linha de observação e vigilancia (linha A), conservando as tres restantes na linha de resistência (linha B).

Uma judiciosa distribuição de metralhadoras e morteiros de trincheira imprimiria uma maior solidez e consistência a estes escalões avançados do sistema defensivo adoptado.

As 2.^{as} brigadas, em 2.^a linha, constituiriam as reservas das respectivas divisões.

Seguindo esta distribuição, o Sector Português tendo só duas brigadas na frente (1.^a linha tactica) apresentaria sempre na linha de resistência B 18 companhias de infantaria, ao passo que no dispositivo adoptado em Flandres com quatro brigadas na 1.^a linha táctica, à linha de resistência B eram só atribuidas 16 companhias no máximo e 8 no minimo, o que não garantiria uma tão eficaz defesa.

Afigura-se-nos que pela forma acima indicada ficariam mais racionalmente distribuidas as forças do C. E. P., assegurando melhor no seu conjunto a capacidade de resistência do *corpo de combate* e garantindo o apoio mais eficaz prestado às unidades avançadas pelas que lhes seguiam imediatamente à retaguarda.

Realizando estas condições no dispositivo do C. E. P., seria licito admitir que na batalha de La Lys em 9 de abril de 1918, a 1.^a linha táctica poderia ser mais eficazmente apoiada pelas 2.^a e 3.^a linhas; e conquanto não fosse possível evitar todos os efeitos do avassalador movimento envolvente alemão, poder-se-ia, ao menos, atenuá-los, restringindo o número de prisioneiros caídos em poder do inimigo, pois que a coexistência das tres linhas tácticas talvez permitisse que, no todo ou em parte as 2.^a e 3.^a linhas se posessem a salvo, quando lhes fosse absolutamente impossível livrar do envolvimento alemão a 1.^a linha portuguesa, que era a mais exposta.

Além de apresentar uma acentuada superioridade de condições tacticas, o dispositivo indicado haveria resolvido com relativa facilidade o magno problema do *roulement* do pessoal em períodos de tempo préviamente fixados, para o que bastaria que, findo o primeiro período, os elementos da 2.^a li-

nha tactica fôsem substituir os da 1.^a, e as fôrças da 3.^a linha substituissem as da 2.^a, retirando os elementos da 1.^a linha para a retaguarda, a fim de constituirem a reserva geral (3.^a linha), procedendo por forma análoga nos períodos subsequentes.

Eis a ligeiros traços as singelas considerações que nos sugeriram não só a leitura do valioso livro «Os Portugueses na Flandres», mas ainda as impressões vívidas recebidas de alguns officiais, que tiveram a honra de combater no Sector Português em França.

No nosso estudo sôbre a Grande guerra não podíamos deixar de referir-nos, embora duma maneira genérica, ao dispositivo tactico defensivo do Corpo expedicionário português, sem a menor idéa de ser desprimoroso para alguém, e só no intuito único de tirar proveitosa lição de factos de guerra ocorridos naquele sector, em que não obstante o revés sofrido pela superioridade esmagadora das fôrças teutonicas em 9 de abril de 1918, se registaram actos de bravura pessoal e de heroismo de algumas unidades portuguesas, dignos duma epopeia.

ADRIANO BEÇA.

General

(*Continua*)

Os precedentes da grande guerra no direito marítimo

(*Continuado da pag. n.º 617*)

Como acabamos de ver, o bloqueio atingira antes da ultima guerra um estado de perfeito equilibrio, que se estendia não só ao que respeitava ao direito internacional, como também ao que se referia à arte da guerra. Esse equilibrio acaba porem de ser violentamente quebrado pelos beligerantes que, tendo que se defrontar com novas e temiveis armas de combate, tiveram que pautar o seu procedimento por moldes diversos dos que haviam sido pactuados, tudo indicando que as alterações agora produzidas mais se acentuarão para fu-

turo com as sucessivas e naturais melhorias, que aqueles elementos de combate forem alcançando, se porventura — o que também é possível — a sciencia não conseguir neutralizá-los definitivamente.

A importância que adquire o bloqueio, como meio certo e seguro de produzir o esgotamento do inimigo em resultado da interrupção imediata das suas relações com o exterior, só poderá, por conseguinte, voltar a ser o que foi antes da guerra, se todos os países se comprometerem a abandonar o uso dos submarinos (o que, pelo que se depreende da leitura das revistas e jornaes da especialidade, não tem muitas probabilidades de se vir a realizar) e na ocasião oportuna cumprirem rigorosamente aquilo a que se obrigaram (do que também é lícito duvidar), ou se por ventura, fôr encontrada a arma capaz de lhes contrariar a acção ou, pelo menos, dos engenhos que empregam. Quanto à primeira hipótese parece razoavel não alimentar excessivas esperanças de que venha a tornar-se realidade, porque, como muito bem disse o illustre publicista italiano Dr. Rosso, a que varias vezes nos temos referido: **a razão imediata da defensiva ou da ofensiva prevalecerá sempre.** Não nos esqueçamos que o problema da inviolabilidade da propriedade privada no mar ainda não foi resolvido, e que não obstante as diligencias que há muitos anos veem fazendo algumas das principais potências maritimas do mundo e o reconhecimento já alcançado daquele mesmo principio quanto à guerra terrestre, ele saiu da ultima guerra muito mal tratado em consequência das práticas então seguidas. Se alguma vez tão bela idea se vier a tornar realidade, se as nações se mostrarem decididas a acatar a propriedade privada no mar, se não se repetir o facto, infelizmente tantas vezes verificado, de todos se mostrarem mais ou menos dispostos a deitar abaixo aquilo que constitue exactamente o maior titulo de orgulho para a civilização moderna, então, é claro, o bloqueio terá perdido inteiramente a sua razão de ser. Mas, até que chegue essa feliz epoca, parece que a prudencia nos aconselha a aceitarmos os factos taes como são e não nos deixaremos embalar por fantasias.

Quanto aos meios capazes de contrariarem eficazmente a acção dos submarinos, sem contestarmos a possibilidade de eles serem encontrados, também não rejeitamos a circumstân-

cia de aqueles navios serem susceptíveis de importantes melhoramentos e, portanto, também parece aconselhavel aceitar os factos taes como eles são presentemente e segundo tôdas as probabilidades se apresentarão ainda durante algum tempo.

Admitindo que sob o ponto de vista militar, o bloqueio é a operação de guerra marítima que de futuro menores possibilidades de emprego encontrará (¹), visto que exige taes condições de superioridade de forças e de local, que só muito difficilmente se realizarão quando o inimigo possa dispor de adequada organização defensiva, é evidente que nesta hypothese, o bloqueio comercial terá que ser modificado, adaptando-se como antecedentemente vimos, a formula que a civilização e o direito de há muito tinham condemnado como atentatoria das liberdades dos neutros e até dos não combatentes inimigos; e assim como o bloqueio militar só se efectuará em restricto numero de casos, o comercial só poderá ser levado a efeito contra países que não cheguem quási a ter um esboço rudimentar de organização defensiva marítima. Ora, os novos e efficacissimos meios de defesa naval, que nos nossos dias a sciencia pôs ao alcance das mais pobres nações, vieram limitar o uso do bloqueio comercial tanto quanto restringiram o emprego do militar, sendo um e outro sómente applicavel às nações indefesas. Devemos concluir por consequencia, que de

(¹) É extremamente difficil resumir em poucas linhas a demonstração do que acima afirmamos, todavia tentaremos enunciar em breves palavras as razões justificativas daquele conceito.

Nos ultimos tempos o bloqueio militar estava circunscrito exclusivamente á sua forma estrategica. O bloqueio tactico, a não ser contra países que nem sombras de defesa marítima possuissem, tornava-se impossivel depois dos progressos realizados pelos navios torpedeiros e, em especial, depois da criação dos submarinos. O bloqueio estrategico para ser levado a efeito com exito, carece de:

1.º uma base proxima do porto bloqueado, onde se abrigue o corpo principal da esquadra atacante e onde os outros navios se vão reaprovisionar; 2.º um grupo de navios rapidos que se mantenham na vizinhança do porto atacado e que estabeleçam e conservem o contacto com as forças inimigas que pretendam sair para o mar. Dada a difficuldade actual de organizar convenientemente qualquer porto de forma a torná-lo uma base eventual satisfazendo ás necessárias condições de segurança, é evidente que o bloqueio militar só será realizavel por aquelas marinhas que dispõem de bases permanentes nas proximidades do litoral inimigo.

hoje em diante, mais do que antigamente, o bloqueio tomará na maior parte dos casos em que fôr exequível o duplo aspecto comercial e militar, porque, se por um lado raros serão os países que não possuam quaesquer elementos defensivos, tão acessíveis eles se tornaram, pelo outro não é de presumir que haja quem se abstenha do emprego dum efficassimo meio de coacção e esgotamento, como é o bloqueio comercial.

A efectividade, a continuidade e a exigência da notificação *in loco* forçando o bloqueador a manter em volta da região bloqueada um cordão de navios que garantam o exercicio daquelas essenciaes condições, conduzem o atacante á embaraçosa alternativa de, ou ter que sacrificar inutilmente navios para se manter dentro das normas do direito, ou prescindir delas para actuar mais seguramente contra o adversário.

Se o cordão de navios em frente da zona bloqueada é indispensavel para assegurar á operação as qualidades características que o legitimam debaixo do ponto de vista do direito internacional, qualidades que, como temos dito, os meios de defesa ultimamente empregados — submarinos, minas e navegação aerea — muito teem prejudicado, a constituição duma base eventual proxima, na hipotese de a não haver permanente, também se torna absolutamente necessária para dar cabal satisfação a certos requisitos a que há a atender neste assunto.

Como é sabido, a sanção a aplicar ao navio que tenha violado o bloqueio, é a confiscação (artigo 21 da Declaração Naval de Londres); todavia para que ele incorra nela é indispensável estabelecer, antes de mais nada, que o fez deliberadamente e com inteiro conhecimento das responsabilidades que lhe cabiam. A confiscação do navio, portanto, só é justificável em certos casos, assim como a carga por ele transportada que, segundo as circunstâncias, poderá ou não seguir o mesmo destino. Não serão, provavelmente na maior parte das vezes, os navios a que está confiada a primeira linha da exploração que poderão constatar em que circunstâncias se deu a tentativa de violação e aquelas em que se encontra a carga para efeitos de captura. Essa delicada missão será realizada pelas unidades navaes que estacionarem à retaguarda e a verificação atenta das condições determinantes da ca-

ptura ou libertação do navio e da sua carga só em muitos casos se poderá realizar na base. Dada a impossibilidade actual de organizar na maior parte das vezes, bases temporarias, ficam como ultimo recurso as permanentes; mas então, não querendo seguir os precedentes criados na ultima guerra, ou haverá que destacar os cruzadores necessários para escoltar as presas ou que embarcar a seu bordo as fôrças precisas para garantirem o exacto cumprimento de intimação feita de se dirigirem a determinado ponto; em qualquer dos casos a esquadra do bloqueio sofrerá sensivel quebra na sua potência combativa, num caso pela diminuição das unidades que a constitue, no outro pela falta que representará o pessoal destacado para bordo das presas, factos estes que poderão ter efeitos bastante nocivos, se as tentativas de violação se repetirem e forem frequentes as ocorrencias litigiosas, como succederá no inicio do bloqueio ou após o seu restabelecimento. Desta forma, a esquadra atacante será forçada a optar por um dos seguintes expedientes: ou ser extremamente benevola e deixar passar tudo quanto seja flagrante ou indiscutivel fraude, ou ser excessivamente severa e adoptar processos da maior violencia, reservando para depois a discussão dos direitos que tenham sido affectados e dos danos produzidos. É claro que este expediente só poderá ser empregado por quem possua um enorme poder maritimo, que todavia nunca será bastante grande para evitar precalços semelhantes aos que sofreu a Inglaterra, depois de ter saido vitoriosa em Aboukir e em Trefalgar, quando desde 1812 a 1813 a Norte-America lhe capturou 1719 navios mercantes e pôs em cheque aquella arrogante bandeira que se conservára içada durante tantos combates memoráveis. Tanto um como outro dêstes expedientes não são, porém, assás satisfatórios; o primeiro porque não evita aquilo que o bloqueio se propõe impedir, o segundo porque infringe os direitos e ataca a propriedade dos neutros. Verifica-se, pois, à face de cada argumento aduzido, que os fundamentos do bloqueio, quer sob o ponto de vista militar, quer sob o ponto de vista comercial, aluiram totalmente e que, assim como o primeiro está condicionado por outros princípios diferentes dos antigos, tambem o segundo terá que mudar de aspecto desfigurando-se tanto que, por ventura, pareça cousa diversa do que era.

*
* *
* * *

Bosquejada a largos traços a moderna evolução do bloqueio, averiguemos agora quais os precedentes criados pela guerra que findou, neste capítulo especial e muito interessante do direito marítimo. É claro que o bloqueio submarino, levado a efeito pelos imperios centrais contra a Entente, não pode ser considerado neste estudo, porque, faltando aos navios a que foi confiada a sua execução todas as características que podem tornar legitima a sua acção como bloqueadores, as operações por eles realizadas não caberiam de forma alguma dentro das boas e sans doutrinas do direito marítimo. Por este motivo o nosso estudo incidirá quasi que exclusivamente sobre o bloqueio sustentado pelas potencias aliadas, que o mantiveram principalmente por meio dos seus navios de superficie.

Ao iniciarem o bloqueio dos imperios centrais, tentaram os aliados, valendo-se da incontestável superioridade marítima do que dispunham, conservar-se nos limites das boas normas da arte militar e das regras consagradas do direito internacional marítimo. O desenvolvimento dado pela Alemanha à guerra submarina e o estrondoso éxito alcançado por ela nas primeiras operações deste genero, compeliram a Entente a modificar a linha de conduta a principio adoptada. Como vimos, a Gran Bretanha, mais directamente visada no mar pela Alemanha, publicamente declarou pôr de parte, logo no primeiro ano da guerra, vários principios consignados na Declaração Naval de Londres, o que, diga-se de passagem, equivalia ao total abandono das doutrinas estipuladas naquele instrumento diplomatico, por isso que nele ficara estatuido que constituiria um corpo unico, indivisivel e que deveria ser acatado no conjunto. Não obstante, como já antecedentemente dissemos, a Gran Bretanha, só depois de ter notificado varias restrições parciais áquela Declaração é que resolveu, em 1916, derogá-la absoluta e inteiramente, exemplo que logo foi adoptado pela França. Tais são, na esfera do direito internacional marítimo, os primeiros precedentes criados pelo estado de guerra existente entre a Entente e os imperios centrais.

Não interessa, repetimos, ao assunto deste trabalho indicar quais as medidas adoptadas pelo bloco das potencias centrais, especialmente pela Alemanha, a fim de responder às successivas restrições que os aliados foram fazendo à sua actividade maritima e comercial. O que nos importa não é o uso do submarino como destruidor do commercio, mas sim a analyse dos precedentes que em materia de bloqueio nos legaram as marinhas, que, tendo-se servido dos seus navios de superficie, não podem alegar como atenuante dos seus actos a incapacidade dos instrumentos de que lançaram mão para coagir o adversario.

A Inglaterra, no começo do conflito quiz, pois, manter-se dentro das boas regras do direito em materia de bloqueio; a breve trecho teve, porem, que mudar de conduta. Os insistentes ataques dos submarinos alemães forçaram os cruzadores ingleses a procurarem abrigo nas suas bases o que, se não teve inconveniente de maior debaixo do ponto de vista militar, porque a exploração continuou a fazer-se, melhor ou peor, com unidades menores e a sua privilegiada situação geográfica lhe garantiu exercer desde as bases a necessária pressão sobre o inimigo, outro tanto se não pode dizer pelo que se refere ao direito internacional. Afastados os cruzadores, cuja missão era constituir a linha de barragem do litoral inimigo, desapareceu totalmente a sujeição, por parte dos agressores, aos principios essenciais de efectividade e de continuidade no tempo e, com eles, a melhor salvaguarda dos legitimos direitos dos neutros. Postos de parte estes dois requisitos característicos e fundamentais do bloqueio, também ainda mais outro foi afectado, pois que sendo licito supor naquelas condições que a operação tivesse sido interrompida, ela só se tornaria obrigatoria quando, em cada caso particular, se fizesse a notificação *in loco*. Nasceu, por consequência, com o abandono das regras disciplinadoras do bloqueio, uma situação arbitraria, illegal e altamente atentoria dos interesses e direitos de terceiros. É esta situação, que segundo o parecer do Dr. Rosso, tem muitas probabilidades de se tornar permanente; convem por isso encará-la nos seus diversos aspectos e ver até que ponto foi alterado o character juridico desta operação militar.

A França e a Inglaterra, reconhecendo que a forma como

estavam procedendo não correspondia inteiramente às normas do bom direito, que tinham sido esclarecidas, e até certo ponto sancionadas, pela Conferencia Naval de Londres, deliberaram conjuntamente, em março de 1915, fazer, não o bloqueio da Alemanha, o que seria seu incontestavel direito, mas sim uma *politica de bloqueio*, o que não era a mesma cousa, porque assim ficavam postergados os principios, diante dos quais, desde 1856, se inclinavam quási todos os países civilizados, respeitando-os até mesmo aqueles, que em tempos, se reservaram inteira liberdade de acção. A declaração anglo-francesa, de março de 1915, alargando desmesuradamente os limites do bloqueio, não só quanto ao espaço em que supostamente se exercia, mas ainda quanto ao objecto que dava origem à sanção, veio afectar profundamente as doutrinas que o regulavam, largamente explanadas na Conferencia Naval de Londres e em geral adoptadas pelos mais conceituados escritores da especialidade, e tambem o principio da Conferencia de Paris que estabeleceu que a *bandeira cobre a mercadoria*. Podemos constatar, assim, que o bloqueio da Alemanha pelos aliados, se realizou fóra e contra todos os principios que antecedentemente regulavam a materia e mesmo em opposição a outros que há mais de meio seculo tinham sido proclamados e acatados, ainda mesmo por aqueles, que em virtude de razões especiais, não lhes prestaram em tempo oportuno a sua adesão. Esta attitude dos aliados, particularmente notavel por terem a seu favor incontestavel preponderancia maritima, nasceu da logica invencivel das circunstancias, que os obrigou a afastarem-se, decerto muito contrariados, das verdadeiras e boas regras adoptadas de principio. Ora, o que deu origem ao facto de os aliados se encontrarem em presença de circunstancias que, a seu pezar, lhes não permitiram levar a cabo o bloqueio dentro dos limites que anteriormente o sujeitavam, foi o desenvolvimento de acção dos submarinos, e o que há de insolito em todos estes deploraveis acontecimentos não é que o novo tipo de navios usado largamente por um dos beligerantes tenha levado o outro a deformar o bloqueio—isso já se esperava e já acontecera, embora em menor escala, quando apareceram os torpedeiros—é que aquella operação deixou de existir de facto, sendo substituida por outra inteiramente diferente dela e que só se lhe apro-

xima pela finalidade que se tem em vista em ambas — o esgotamento do adversario — não esquecendo registrar no capítulo das diferenças, a circunstância de que no bloqueio disciplinado pelo direito são atendidos em certa medida os justos interesses dos neutros, emquanto que na sua ultima forma tais interesses são completamente postos de parte.

MATTA OLIVEIRA

Cap. tenente

(Continúa).

O general José Fernandes da Costa

A Revista Militar sofreu mais uma perda dolorosa com o falecimento do general Fernandes Costa, membro da sua empresa.

Perda eminentemente dolorosa dissemos e repetimos, não porque Fernandes Costa fôsse um activo colaborador, mas pelo que o seu nome evoca de recordações de um passado longinquo, do qual se vão apagando a pouco e pouco os nomes ilustres que ainda restam.

Fernandes Costa foi um legítimo homem de letras, que cultivou a poesia lirica, o romance, o jornalismo, e a história literária, e tudo isto com invejavel éxito e imarcescível brilho.

A par do seu labor literário Fernandes Costa foi homem de sciência, desempenhando com elevação as missões que lhe pertenceram como official de artilharia, que se ufanava de ser. Lembra-nos, sobretudo a sua presidência da comissão balística, que exerceu por longo tempo, dirigindo com impecável critério os difíceis estudos do tiro, da resistência de armas portateis e de bocas de fogo, das propriedades da pólvora e outros análogos, que pertencem ao dominio daquela comissão e que demandam, para quem os maneja, vastos conhecimentos técnicos.

Reformado há muitos anos, sofrendo de variadas doenças, o general Fernandes Costa nem por isso estava inactivo, mas os restos da sua actividade consagrava-os todos à Academia das Sciências, cujos trabalhos acompanhou até aos seus últimos dias, sendo rara a sessão daquela douta assembleia em que a sua voz se não fazia ouvir na leitura de qualquer comunicação literária ou no elogio de algum grande espírito que se apagava.

A sua colaboração na Revista foi larga e valiosa pelos assuntos e pela forma literária que a distinguia.

Já não teve a fortuna de o conhecer e de o apreciar a geração dos modernos oficiais, mas nós, seus companheiros na empresa da Revista, é que não podemos deixar passar a sua morte sem o tributo da nossa saudade e sem este singelo preito ao seu muito merecimento.

Os ensinamentos da guerra. Valor que actualmente teem e como devem ser considerados

Por julgarmos de grande interesse e oportunidade vamos transcrever um notável artigo recentemente publicado pelo *Memorial de Caballeria* sobre os ensinamentos a tirar da Grande Guerra.

«Não há uma inovação, idéa, pensamento, proposta ou reforma militar que não seja fundamentada nos *ensinamentos da guerra* última, como se a referida guerra fôsse conhecida já em todos os seus aspectos, e tivéssemos estudado todas as suas modalidades para podermos deduzir conclusões firmes. Ora nem uma, nem outra cousa é certa, nem exacta. Com esta guerra tem acontecido o mesmo que com as outras, mas em maior escala.

Todos buscam e encontram na guerra os argumentos que

necessitam para dar autoridade à sua tese. Isto é, tais ensinamentos não derivam de um estudo imparcial, sereno e sem prejuízos, mas são pura e simplesmente recursos dialecticos, o que não é de estranhar, pois se costuma dizer que na História se encontram argumentos para todos os gostos. A única habilidade está em transcrever a página que mais convenha. Como poderemos conhecer a fundo a última guerra, quando a desconhecem aqueles que foram beligerantes? Sabem e teem bem presente os *factos*, mas não as *causas*, e por conseguinte não se julgam ainda em estado de estabelecer a doutrina, que dela deve derivar. Basta para isto recorrer à literatura francesa, que é a mais copiosa e franca a tratar da guerra. Não se encontram dois autores que estejam de acordo, existindo inteira discrepância tanto nos juízos, como na exposição dos próprios factos, e até mesmo quando se trata de generais, chefes e personalidades conhecidas que tomaram parte activa nas operações.

Basta percorrermos as *ordens* ou *instruções gerais*, recomendando os melhores métodos de combate, para nos convenceremos disto. Teem sido publicados grande número dêsses documentos, uns de procedência francesa, outros de procedência alemã, e é surpreendente o desconcerto, as contradicções e as vacilações que êles revelam. As *directivas* e os *métodos* modificam-se conforme os reveses, ou os exitos dos exércitos; o que hoje é considerado bom, amanhã é julgado inconveniente, e tão depressa se recomenda uma cousa, como a breve trecho outra diametralmente oposta. A guerra terminou por ventura graças à aplicação de métodos melhores, que os anteriormente experimentados? Não; e até se pode afirmar que as operações de agosto a novembro de 1918 se executaram em harmonia com as normas anteriormente condenadas, o que representa uma regressão aos princípios seguidos em 1914, e assim tôda a *sciência* dos 4 anos de guerra caíu por terra, como se tivesse sido fundada na base mais artificiosa que se pudesse conceber. Querer obter a vitória sem procurar a decisão e sem expôr-se à derrota, ninguem ainda tentou fazer com exito.

— Relativamente às operações no teatro occidental, os alemães nada dizem, os generais russos desapareceram, os italianos ficaram fartos de guerra, os ingleses contentam-se

com a vitória sem profundar as causas, de forma que quasi só temos a informação francesa, e os francezes veem os acontecimentos através um prisma determinado, e os norte-americanos ainda não estão em circunstâncias de definir e fixar doutrinas nestas matérias. Os Estados-Unidos intervieram na guerra quasi no fim, não assumiram a direcção das operações mais importantes, limitando-se a aplicar os métodos que vieram, sem inovarem.

— As campanhas mais admiráveis, e as únicas que nos podem fornecer ensinamentos positivos e proveitosos são as das frentes orientais, e, em menor escala, também algumas do teatro italiano, e as dos inglezes na Ásia. Estas últimas são já bem conhecidas, mas como tiveram um grande carácter de guerra irregular, as deducções que delas se tirem carecem da indispensável generalidade.

Daqui resulta que não há ainda bases estáveis em que se possa edificar, encontrando-nos antes num período de desconcerto real, e não havendo a luz necessária para iluminar nossos passos, não podendo falarmos enfaticamente de *ensinamentos da guerra*. O que se está dando na França não nos pode servir de norma, porque nesta nação o problema tem um só aspecto, que pode ser resolvido, mantendo e acentuando as suas últimas organizações e métodos, se previamente se desarmar a nação que foi sua adversária.

É este um caso especialíssimo, que de modo nenhum pode servir de tipo e ser copiado servilmente.

*

* * *

— Tomemos como exemplo o que aconteceu com o emprego da artilharia e indiquemo-lo a grandes traços: a artilharia de campanha de tiro rápido, pelo grande volume do seu fogo na unidade de tempo, seria o mais eficaz apoio da infantaria; nos primeiros combates viu-se que era impotente perante a pesada de campanha, e em seguida todos julgaram indispensável a art.^a pesada; mas esta, nada podendo conseguir contra as fortificações de campanha, recorreu-se ao fabrico de maiores calibres, aumentando os alcances para colocar as bocas de fogo fora do alcance dos projecteis inimigos.

A artilharia passou então a ser considerada, não como auxiliar da infantaria, mas sim a arma principal, e durante anos se destinou à art.^a o papel de aniquilar o adversário mediante um contínuo fogo durante dias, ou mesmo semanas; mas os fracassos sucederam-se porque o inimigo aumentou, com a profundidade, a protecção dos seus abrigos, e dispôs de tempo mais que suficiente para trazer as reservas para o ponto de ataque. Mas daí a pouco prescindiu-se da preparação preliminar, que se utilizou de novo, mas agora reduzida a 2 ou 3 horas; e, daí a pouco volta-se a prescindir do tiro prévio de preparação. Torna a art.^a de campanha — ligeira e média — a recobrar a importância que tinha em 1914, pondo-se em segundo plano as peças de grandes calibres, que, se eram boas para os sítios de praças, eram impróprias para acompanhar um exército em movimento, ainda que lento. Vemos ainda que, umas vezes a barragem de art.^a servia de norma para o avanço das colunas de assalto; outras, é a art.^a que subordina o seu tiro aos progressos da infantaria. Houve ocasiões em que a art.^a fazia a barragem, que isolava o defensor das suas reservas, enquanto que nos últimos meses julgou-se preferível crear uma *artilharia de acompanhamento* da infantaria.

Tanto as tentativas francesas para dar á infantaria um tipo de peça ligeira de pequeno calibre (37^m/m) e transportavel a braços, como o processo alemão de empregar as peças de trincheira, não deram satisfatorios resultados, e ao terminar a guerra tinha assumido a maxima importancia o emprego da artilharia de acompanhamento montada em carros blindados (*carros de assalto*).

Os *ensinamentos* de Liège e Maubeuge levaram os franceses a desartelhar os fortes permanentes de Verdun, caindo os mais avançados em poder dos alemães em fevereiro e março de 1916; mas logo que o general Pétain foi encarregado da defesa de Verdun, ordenou logo o rearmamento dos mesmos fortes, que então resistiram perfeitamente, e Pétain foi considerado o salvador de Verdun. Também se considerava como um axioma que nas frentes defensivas estabelecidas em pontos naturalmente fortes, a densidade da artilharia devia ser de uma peça por cada 120^m de frente; e os franceses, que no *Chemin des Dames* tinham uma peça por cada 100^m de frente, e esta posição era uma das mais natu-

ralmente forte, deixaram que os alemães se apoderassem dessa posição em 3 horas (27 de maio de 1918), tendo executado estes um curto tiro de preparação com baterias dissimuladas, mas não abrigadas, e colocadas a uns 2000^m da frente franco-britânica. Esta vitória dos alemães é uma das que mais fizeram derruir os princípios artelheiros que até então os dois beligerantes admitiam.

E' para recordar qual foi a causa inicial daquelas batalhas que se prolongaram meses e meses, e que culminaram na famosa batalha do Somme, precedidas invariavelmente de um bombardeamento que tinha por fim abalar e destruir todo o terreno! Quantas vidas, quanto dinheiro e quanto tempo gastos esterilmente!

A origem de tão absurdo metodo foi o que empregára o marechal Mackensen em 1 de maio de 1915, quando rompeu a frente russa do Dunayec. Se o general alemão tinha conseguido seu propósito por meio dum intenso e prolongado tiro de artilharia, porque não deviam os aliados alcançar frutos análogos, seguindo os mesmos processos? Ninguém tratou de indagar se as organizações defensivas dos russos estavam à prova do tiro a que foram submetidas, e menos ainda, qual era o moral e a força de resistência do defensor. Por desgraça para a Humanidade, o príncipe imperial repetiu o mesmo processo, intensificando-o, contra Verdun em fevereiro de 1916, e também com exito nas primeiras fases. Desde então ninguém duvidou que a questão era simplicíssima, simplesmente aritmética: reduzia-se a pôr um certo número de projecteis de tal ou qual calibre numa determinada superfície para que a vida nela tivesse desaparecido, e se tivesse aberto brecha na frente inimiga. Como se o valor das frentes residisse nas trincheiras e não nos homens!

Assim descorriam todos e se conservou este criterio durante 2 anos. Fez-se então, o que se havia feito antes e se repetiu depois: estudou-se uma operação de guerra, tomou-se dela o que convinha ou estava mais ao alcance do interessado, e se julgou ter descoberto a panacea do triunfo. Como deviam estremecer em seus tumulos os ossos dos mil esclarecidos guerreiros, que com os seus feitos ilustraram a história de trinta seculos! Vê-se, pois, que o método empregado com bom resultado na batalha de Dunayec se repetiu dezenas de

vezes, sempre pela errada tendência de generalizar o que foi puramente ocasional e constituia um facto isolado. Em plena guerra, partindo dum incidente ou dum método que erradamente se praticava, apareceram estudos e escritos elevando à categoria de doutrina, o que não era mais do que uma aberração de bom senso.

Guardemo-nos, pois, destes falazes «ensinamentos da guerra», que não são outra cousa que especulações e teorias mascaradas com citações tiradas segundo as conveniências. Como não se hão de encontrar argumentos para todos os paladares numa guerra que durou mais de 4 anos e abrangeu os campos da Europa, da Asia e da Africa? Emquanto os franceses não se ponham de acôrdo entre si e falem os outros beligerantes, é prematuro falar em ensinamentos da guerra em tom doutoral.

*

* * *

Isto emquanto aos métodos. Contudo ha ainda cousas mais lamentáveis que os métodos—que não saem do campo da tática—pois se tem pretendido derivar a materia para a composição dos exercitos, sua organização e emprego das diversas armas. E' contra a cavalaria que se tem dirigido principalmente os mais intensos ataques, pondo-se mesmo em dúvida a necessidade da sua existencia, e vendo-se negada a sua eficiência como elemento estratégico e tático. Nem podia ser doutro modo, visto que se estabelece como princípio que a guerra é de trincheiras, e portanto o que tem a fazer a cavalaria nas trincheiras? Este raciocínio tão lógico e elementar à primeira vista, só pode ser seguido por aqueles que, metidos nos seus abrigos, não teem aprendido da guerra senão o que nunca deviam vêr nela. E' já tempo de reagir contra essa corrente, que, se se não detem, ameaça afundar todas as nossas instituições militares, começando por privar-las do bom que ainda nelas existe, e que não é pouco.

Em vez de se atender aos pseudos ensinamentos casuísticos, devemos antes examinar outros factos culminantes, que se realizaram à vista de todos nos próprios locais em que tiveram logar.

São esses factos suficientes para fazer calar a algaravia dos técnicos e dos que se sentem atraídos por tudo que vem do estrangeiro.

Com o fim de pôr mais em evidência o erro daqueles vamos proceder em ordem inversa.

Em todos os exércitos que cambateram é completa a unanimidade acerca da extraordinária força de resistência que possui uma tropa que, conservando o seu moral, se intrincheira numa posição.

O armamento moderno — metralhadoras, espingardas-metralhadoras, granadas de mão e de espingarda — sem necessidade de recorrer à artilharia de trincheira, basta para quebrar os ataques dum inimigo mais poderoso e muito superior em número, o qual terá de recorrer à artilharia pesada, aos gazes e perder muito tempo e muito sangue para expulsar o defensor. Enquanto os exércitos manobram, a vitória será rápida; mas logo que um deles se agarre ao terreno, todas as características da última guerra reaparecerão. Sobre isto não ha dúvidas. A dificuldade está em manter vívido o bom espírito da tropa.

Desta verdade, repetidamente comprovada pela experiência, se tem deduzido a necessidade (?) de armar até aos dentes a infantaria, posto se corra o risco de coartar a sua mobilidade. E fazendo fincapé nisto, os partidários da novíssima teoria afirmam que essa potência defensiva com que se vai dotar a infantaria, aumentará as suas qualidades manobradoras, visto que uma fracção, a menor, deterá forças superiores, enquanto a maior parte será destinada a bater o inimigo, em campo aberto. Porém como é impossível determinar de antemão quais as unidades a que se destinará o papel de fixar o inimigo, se tem de admitir, imitando os franceses, que toda a infantaria deverá estar em circunstâncias de desempenhar essa missão, o que redundará em tirar a toda a infantaria grande número das suas propriedades características; e no caminho das deduções, se chega à conclusão que uma tal infantaria assim armada é invencível. O que se diz da infantaria, se aplica ao exército em geral.

Temos, pois, que duma verdade indiscutível — a capacidade de resistência, que dão os elementos e meios modernos, se estabelece nada mais que um conceito da guerra. Faz-se de-

pendar a vitória do exercito e do país do exito tático duma fracção. É o detalhe que toma a preponderância.

Admitamos porém que essa orientação era acertada, como exacto é o facto em que se funda, e, em lugar de dar pouca importância ao problema apresentemo-lo tal como é. A nossa argumentação será mais breve, mas também mais concludente.

Em virtude da aptidão de resistência duma tropa ou dum exército moderno, o atacante é obrigado a realizar um trabalho terrivelmente destruidor, que não poupa povoações, nem campos, nem industrias, nem minas e deixa arrasado o país por muitos anos. Portanto a previsão aconselha que a fase de resistência, de estabilização, comece e continue no territorio inimigo. Que é preciso fazer então? Desenvolver uma ofensiva vigorosa, desencadear uma invasão o mais profunda possível, assim que rompam as hostilidades. Depois e só depois é que se pensará em resistir se as operações iniciais não teem já produzido a acção decisiva. Ha até quem ingenuamente pergunte, que benefício tiveram os alemães da invasão da França; mas os próprios franceses, ainda que vitoriosos, respondem sem escrúpulos: «os exercitos alemães livraram o seu país dos horrores da guerra, e nenhuma indemnisação, ainda que fosse maior que a exigida, poderá pagar à França os danos que sofreu, porque ha prejuizos e destroços que não se compensam com dinheiro, e alguns são absolutamente irreparáveis. Veja-se como dum mesmo facto, certo e comprovado — a capacidade ofensiva dos exercitos modernos — se inferem orientações contraditorias e opostas. Uns, sem investigar porque surgiu essa capacidade, nem que necessidade ou conveniências a impuzeram, discorrem e teorizam sobre ela, considerando-a como um facto isolado, nascido espontaneamente; outros começam por inquirir que applicação se lhe deve dar, e, volvendo as suas vistas sómente para os acontecimentos dos últimos anos, estatuem que — ou a potência defensiva deve servir para proteger o territorio nacional, ou não serve mais do que para levar à derrota. Ha mais ainda. Contra a exageração das previsões defensivas, que sustentam os primeiros, os segundos cada vez mais se agarram ás suas idéas de ofensiva. Como era de esperar, por um lado se pretende converter os exercitos em agentes transportadores de máquinas, e por outro se deseja aumentar a mobilidade e rapidez da

acção. Repetimos: conclusões tão discordantes teem um mesmo ponto de coincidência; a origem da opposição está em tomar esse ponto como de partida, ou em considera-lo como dum mero incidente dum processo geral. Noutros termos, em colocar-se num ponto de vista elevado, ou mesquinho.

Em conclusão, segundo a nossa opinião, quanto mais força e virtualidade possui a defensiva, tanto mais é mister impôr e robustecer a ofensiva.

Torna-se, porem necessário definir a nossa doutrina: ofensiva ou defensiva, pois da escolha depende tudo o mais, desde a organização e mobilização até ao último detalhe do mais insignificante regulamento.

O ecleticismo nesta materia é sempre funesto. Tem-se de tomar um determinado partido, sem prejuizo de se aperceber para todas as eventualidades, pois não se faz a guerra com o proposito de passar tempo, mas com o de obter o mais rapidamente possível a decisão.

*

* *

No caso de dois adversarios de forças bastante desiguais, o mais fraco assentará as suas esperanças na manobra, ou numa prolongação da guerra de modo, ou a produzir o cansaço do inimigo, ou para que se dê ocasião à intervenção de outros factores favoráveis.

Uma guerra de movimento é sinonima de invasão para levar a desagregação ao país inimigo. A luta de gastamento nunca se executará em melhores condições do que levando a invasão ao territorio inimigo, secando assim mananciais de vida e de recursos ao adversario, e salvaguardando os proprios. Nos dois casos está indicada uma acção audaz, rápida e pronta, de surpresa e não de espera. Quando as circunstâncias imponham esta ultima, terá transcorrido o tempo suficiente para evolucionar nos métodos. Qualquer outra norma de guerra equivale a resignar-se desde o começo ao aniquilamento. A recapitulação dos agentes morais viria ainda confirmar isto.

Um tal conceito da guerra confere à cavalaria a sua an-

tiga importancia ao mesmo tempo que condena do modo mais energico o emprego que dessa arma fizeram os beligerantes na ultima guerra.

Apenas há uma diferença em relação aos principios anteriores a 1914.

A cavalaria terá uma das suas principais applicações nas primeiras semanas de guerra e nas operações finais. Reserva-la é economiza-la ao começo da campanha, é deixá-la perecer na ociosidade, ou deixá-la absorver pelas outras armas. Tão pouco será prático fraccioná-la, e sumamente perigoso amortecer-lhe o seu espirito de ousadia.

Ao rebentar uma guerra, a tropa ainda não aguerrida, é propensa a enfraquecimentos morais, e por tanto a cavalaria tem seu vasto campo de acção. Os franceses reconhecem que, se a cavalaria alemã tivesse operado em agosto de 1914 com a mesma audacia que em 1870, as regiões de N. O. cairiam em seu poder, e ficaria assim cortada a fraca linha de comunicações dos ingleses desde as bases francesas do Canal. Porém, em contrário do que prediziam as brilhantes cargas que aquela cavalaria dava nas manobras imperiais, procedeu com excessiva prudencia, e mostrou que confiava mais nas suas carabinas do que no sabre ou na lança. O que sucedeu deve servir de advertencia a todos para que se não repitam tais faltas. A cavalaria deve, desde as primeiras operações, fazer sentir o seu esforço; e, se por qualquer forma tem de desaparecer em parte às mãos do inimigo, ou tem de ser absorvida pela infantaria e pela artilharia, é preferivel para ela e para o exercito em geral que seja da primeira forma; isto é, actuando como cavalaria.

Desta forma, o tão ponderado aumento da potencia defensiva dimanante dos progressos dos meios de guerra, torna-se um argumento fundamental para preconizar a imprescindivel necessidade da cavalaria e da conservação das suas brilhantes características tradicionais.

A acção é indispensável ao mais forte para impedir que a guerra se estabilise, e é necessária tambem ao mais fraco como unico recurso eficaz para não ser vencido.

Fica assim demonstrado que as grandes deduções, as unicas que affectam os principios, são as que dimanam dos factos, que por seu relevo e importância imprimiram uma de-

terminada sequencia nas operações militares, e nunca os que não passam de leves accidentes nos metodos e foram filhos de circumtancias particulares, que é provavel não voltem a apresentar-se; e mais uma vez se pôs em evidencia quanto pode dar logar a erros, assentar teorias sobre observações isoladas ou em episodios que não influiram na fisionomia geral da guerra.

Tais como se apresentam agora ao estudo e à imitação dos neutros os pretendidos ensinamentos da guerra, dir-se-ia que só era digno de copia o que mais se desacreditou, e não o que foi premiado com o exito. Portanto, tenhamos paciencia, não nos apressemos, pois ainda não falaram todos os actores, e, quando falem, inspiremo-nos nas verdades gerais para assim se poder estabelecer a melhor doutrina. O mais há de passar pela joeira como devaneios nacionais. O que se pretende fazer agora é o contrário do que deverá ser. Basta considerar que destruir é sempre fácil, e que a reconstrução é trabalho de muitos anos, para que sejamos prudentes e extirpemos o virus que se apresenta com o aspecto sedutor de «*ensinamentos da grande guerra*».

V. C.

A Artelharia Divisionaria

(Continuado da pag. 626)

Julgamos curioso reproduzir o calculo do numero de bocas de fogo, de que é necessário dotar a divisão, para que a sua artelharia possa destruir ou neutralizar todos os obstaculos, que se oponham ao avanço da sua infantaria.

Esse calculo foi feito por um oficial de artelharia do exército espanhol (1) para o caso da guerra de movimento, prevendo para a guerra de trincheiras, evidentemente, superioridade de artelharia em numero e potencia.

(1) «Una opinión más sobre el obús ligero y el material pesado de campaña» — Memorial de Artilleria (março de 1917).

O mesmo oficial julga necessário manter como minimo o numero de bocas de fogo, que propõe.

«Supondo de 2300 metros a frente da divisão em combate teremos para numero de bocas de fogo e sua classe a dotar a divisão:

1.^o— Tomando por base a distancia média de combate 2500 metros, como cada bateria bate 200 metros de frente, serão necessárias 12 batarias (4 grupos de 3 batarias) ou 48 peças de 75^{mm} para cobrir com os seus fogos, em condições de eficacia, a 1.^a linha (infantaria) da divisão inimiga.

2.^o— Tomando por base boca de fogo a contrabater boca de fogo, as bocas de fogo precisas para contrabater as batarias inimigas, que se oponham ao avanço da própria infantaria, batarias que constituem normalmente os elementos da 2.^a linha da divisão inimiga em ordem de combate, serão também necessários 48 obuses de 10, 12 ou 15^c ou 12 batarias (4 grupos a 3 batarias).

3.^o— Tomando por base uma bateria de 2 peças por cada batalhão inimigo na sua 1.^a linha de combate, numero imposto para impedir o avanço das forças inimigas (reservas) da 3.^a linha, que marchem em ordem concentrada até ás primeiras linhas, e 1 bateria, como minimo, para bater objectivos imprevistos, que demandem a acção da artilharia a distancia, teremos que serão necessarias 12 batarias a 2 peças (4 grupos de 3 batarias) ou 24 peças de 10,5, 12 ou 15^c.

Logo um total de 120 bocas de fogo por divisão, o que dá 8 bocas de fogo por 1.000 homens na divisão de 15.000 homens, para apoio completo a todas as distâncias».

Resumindo, temos que o referido oficial propõe para dotação da artilharia divisionária o seguinte:

4 Grupos a 3 batarias de 4 peças de 75 ^{mm}	48 peças
4 Grupos a 3 batarias de 4 obuses de 10,5, 12 ou 15 ^c	48 obuses
4 Grupos a 3 batarias de 2 peças de 10,5, 12 ou 15 ^c	24 peças

Dotação esta que se aproxima das dotações propostas ultimamente, segundo os ensinamentos da guerra.

Segundo Le Gallais (1) a artilharia da divisão deve ser

(1) Vidé nota (1) pag. 621.

constituída por 1 regimento a 3 grupos de 3 batarias a 6 peças de 75 (54 peças) ou a 4 grupos de 3 batarias a 4 peças (48 peças) e 1 regimento pesado de campanha com 1 grupo de 3 batarias a 4 peças de 10,5 (12 peças) e 2 grupos a 3 batarias de 4 obuses de 155 (24 obuses), num total de 90 ou 84 bocas de fogo, numeros que são respectivamente 75 e 70 % do total do calculo anterior.

*

* *

Vamos ver como durante a guerra as diferentes nações tiveram organizada a sua artilharia divisionária.

Infelizmente não nos foi possível obter todos os elementos necessários para colhermos uma noção completa; contudo os elementos que se seguem já bastante nos dizem.

França

Cada divisão: 3 grupos de 3 batarias a 4 peças, 36 peças de 75^{mm}.

Nos primeiros meses da guerra cada corpo de exército tinha 120 peças de 75; havia ainda como bocas de fogo de tiro rápido de artilharia pesada, órgão do exército, apenas algumas batarias de obuses de 155 (Rimailho) ⁽¹⁾, que passaram depois a fazer parte do corpo de exercito.

Em 1916 havia em cada corpo de exército 36 batarias, sendo 18 divisionárias, 12 de corpo e 6 de reserva, armadas com peças de 75 e 10,5 e obuses de 155.

Inglaterra

Cada	}	3 grupos	{	3 batarias a 6 peças. . .	54 peças de 8 ^c ,4
divisão			{	1 bateria de 6 obuses. 18 obuses de 11 ^c ,4	
			{	1 bateria de peças pesadas	6 peças de 12 ^c ,4 ⁽²⁾

⁽¹⁾ «Notre Artillerie» — Revue des Deux Mondes (15-X-918).

⁽²⁾ Segundo alguns; não está porem perfeitamente comprovada a existencia de peças de 12^c,7 no armamento da divisão.

Os corpos de exército tinham unidades (grupos) do mesmo material para reforço das divisões, unidades que eram empregadas segundo as necessidades da situação.

Embora as baterias fossem a 6 bocas de fogo, a opinião técnica e tática era pelas baterias a 4, mas a dificuldade em recrutar oficiais e o elevado numero de oficiais de cada bateria levou a adoptar a bateria de 6.

Alemanha

No principio da guerra :

Cada divisão { 3 grupos a 3 baterias de 6 peças. . 54 peças de 77^{mm}
1 grupo a 3 baterias de 6 obuses. 18 obuses de 10^c,5

Assim 144 peças e obuses ligeiros por corpo de exército, que ainda tinha, como órgão seu, 16 peças, pelo menos, de grosso calibre (1).

Em 1916 cada corpo de exército passou a ter 18 baterias de peças de 77 e 10 baterias de obuses de 10,5.

A artilharia alemã durante a guerra sofreu grandes transformações, passando no final da guerra a artilharia divisionária a ter a seguinte constituição :

Cada divisão { 2 grupos a 3 baterias de 4 peças, 24 peças de 77^{mm}.
1 grupo de 3 baterias de 4 obuses (10,5), 12 obuses de 10^c,5.
1 grupo a 3 baterias de 4 obuses (15), 12 obuses de 15^c.

Como se vê os alemães passaram as suas baterias de 6 a 4 bocas de fogo (2), adoptando por fim, de certo pela experiencia da guerra, a constituição da bateria francesa.

Será este o ultimo argumento a favor desta constituição e assim acabará para sempre a discussão entre as duas opiniões diferentes de baterias a 6 ou a 4? Estamos convencidos que sim.

(1) Em geral um batalhão de obuses pesados de 15^c (4 baterias).

(2) Memorial de Artilheria (fevereiro de 1918).

Austria-Hungria

No começo da guerra:

Cada divisão { 1 regimento a 6 batarias de 6 peças, 36 peças de 8^c.
1 grupo a 2 batarias de 6 obuses, 12 obuses de 10^c.

A sua artilharia, á semelhança da sua aliada alemã, também sofreu diferentes alterações durante a guerra, passando a artilharia da divisão a ser constituída por :

Cada divisão { 1 regimento a 6 batarias de 6 peças, 36 peças de 8^c.
1 regimento a 4 batarias de 6 obuses, 24 obuses de 10^c.
1 regimento a 4 batarias de 4 peças ou obuses pesados, 16 peças de 10^c ou obuses de 15^c.

Tinha assim a artilharia divisionaria: a artilharia de campanha com peças de 8^c m/917 e 918 e obuses de 10^c m/914 e artilharia pesada de campanha com obuses de 15^c m/915 e peças de 104^{mm} m/914 e 915 (1).

Espanha

Segundo a organização vigente em junho de 1918: (2)

Cada divisão { 3 grupos montados a 3 batarias de 4 peças, 36 peças de 75^{mm}.
1 grupo pesado a 3 batarias de 4 obuses, 12 obuses de 15^c.

(1) "Details on the organization of the Austro-Hungarian Artillery" — Journal of the United States Artillery (janeiro de 1920).

(2) Memorial de Artilleria (junho de 1918).

Propõe porêem aumentar a dotação como segue:

Cada divisão	}	3 grupos a 3 batarias de 4 peças, 36 peças de 75 ^{mm} .
		2 grupos a 3 batarias de 4 obuses, 24 obuses de 15 ^c .
		1 grupo a 3 batarias de 4 peças, 12 peças de 12 ^c .

Pretenderam ainda alguns elevar a 4 ⁽¹⁾ o numero dos grupos de peças de 75; já em 1917 foi proposto não só criar os 3.^{os} grupos dos regimentos divisionários, mas também dotar cada divisão com um regimento pesado a 3 batarias de obuses de 15^c e 2 batarias de peças de 12^c. Veio depois a opinião de tantos regimentos de 75 quantas as divisões e criar 1 regimento pesado por divisão com o calibre unico 15^c e composto de 4 batarias de obuses e 3 batarias de peças de 15^c, sendo os obuses divisionários tácticamente e as peças reserva do corpo de exército para serem agregadas ás divisões, segundo as necessidades.

Estados Unidos da America do Norte

Depois da chegada das tropas americanas a França, foi aumentada a dotação divisionária, que ficou em ⁽²⁾:

Cada divisão	}	2 regimentos de peças de 75, 48 peças.
		1 regimento de obuses de 15 ^c , 24 obuses.
		1 bateria de morteiros ligeiros de trincheira, 12 morteiros.

Italia

Por cada divisão 1 regimento de 2 a 3 grupos de 4 peças de 75 e 1 ou 2 batarias a 6 peças de montanha (7 e 6^c,5).

⁽¹⁾ Memorial de Artilleria (setembro de 1918).

⁽²⁾ Memorial de Artilleria (agosto de 1919). Cada regimento a 6 batarias de 4 peças.

Romania

Hayia 1 regimento a 6 batarias de 4 peças 75 (Krupp) por divisão e 1 bateria de morteiros de 10,5 em cada corpo de exército.

Portugal (C. E. P.)

Cada divisão: 3 grupos de

}	3 batarias a 4 peças, 36 peças de 75 ^{mm} .
}	1 bateria a 4 obuses, 12 obuses de 11 ^c ,4.

Durante um curto periodo, antes do 9 de Abril de 1918, as batarias em posição passaram a ter 6 bocas de fogo, o que foi determinado sómente com o fim de dar descanso ao pessoal e ao gado. Ficaram na frente 4 grupos, 2 por cada divisão, indo os restantes 2 repousar à retaguarda.

Depois de 9 de Abril as batarias tiveram sempre 4 bocas de fogo.

*
* * *

Hoje nas diferentes nações a artilharia divisionária está organizada ou projecta-se a sua organização como a seguir referimos.

Os franceses tem hoje na divisão de 3 regimentos de infantaria, 9 batarias de 75 e 6 batarias de obuses de 15; em cada corpo de exército ha mais 12 batarias de peças de 10,5 e 15.

O exército italiano tem na sua divisão batarias de campanha e de tiro curvo de calibre médio (obuses ou morteiros de 149^{mm}) (1). Projecta-se actualmente dotar o corpo de exército de 2 divisões de infantaria com 1 brigada de artilharia de campanha e 1 regimento de artilharia pesada.

Na Suissa para o seu exército de milicias propõe-se 8 divisões e em cada divisão tambem de 3 regimentos de infantaria, 3 grupos de artilharia de campanha e 1 grupo de obuses; a

(1) «Artigleria n'ellá defensiva» — Rivista de Artigleria e Genio (novembro de 1919).

artelheria pesada e as tropas de artelheria de fortaleza serão directamente dependentes do exército (1).

Segundo a nova organização (2) o exército americano ficará com a artelheria divisionária constituída por 1 brigada de 3 regimentos de artelheria de campanha, sendo 1 de peças de campanha com tracção hipomovel, 1 também das mesmas peças com tracção automovel e 1 de bocas de fogo de calibre médio e grosso calibre com tracção mecânica.

O exército alemão deve, em harmonia com o tratado de paz, ficar constituído com 20 brigadas de 8.900 homens, tendo cada brigada 2 regimentos de infantaria, 1 regimento de artelheria ligeira com 3 batarias de 4 peças de 77, 2 batarias de obuses e 1 bateria de 4 morteiros médios de trincheira. Os 2 regimentos de infantaria tem também cada um 1 bateria de peças de 77 e 1 companhia de 6 morteiros ligeiros de trincheira. Uma das batarias de 77 do regimento de artelheria ligeira é de tracção mecânica. O mesmo regimento dispõe de 1 coluna ligeira de munições para as suas 2 batarias de 77 com tracção animal.

Em Espanha projecta-se dotar a divisão, além dos 3 grupos de peças de 75, com 1 regimento de artelheria pesada com peças de 12^{cm}, obuses e morteiros de 15^{cm} (3).

O tenente Brouwer do exército holandês propõe, (4) para o tempo de guerra, por divisão 1 regimento de artelheria de campanha com 3 grupos a 3 batarias de 3 peças e 1 batalhão de artelheria pesada com 3 companhias.

Na República Argentina, segundo a sua actual organização, (5) a artelheria é constituída, para 10 brigadas de infantaria a 2 regimentos, por 5 regimentos de artelheria de campanha a 4 batarias de 4 peças, 2 grupos de batarias de montanha a 2 batarias de 4 peças (IV e V divisões), 1 regimento de

(1) «A propos de notre organisation militaire» — Revue Militaire Suisse (janeiro de 1920).

(2) «Rivista de Artigleria e Genio» — (julho-agosto de 1919).

(3) «Notas sôbre artilleria pesada y de posicion» — Memorial de Artilleria (novembro-dezembro de 1919).

(4) «Militaire Spectator» — em extracto na Revue Militaire Générale (janeiro de 1920).

(5) «Boletín del Ministerio de Guerra y Marina» do Perú (setembro-outubro de 1919).

obuses a 3 batarias de 4 obuses e 1 grupo a 2 batarias de 4 peças de artilharia a cavalo.

A República do Brasil na sua divisão ⁽¹⁾ dispõe de 1 brigada de artilharia de campanha a 2 regimentos de 2 grupos a 3 batarias de 4 peças e 1 grupo de obuses a 2 batarias de 4 obuses.

Na Rússia o exército bolchevista ⁽²⁾ tem nas suas divisões 1 regimento de artilharia de campanha a 3 grupos de batarias de 4 peças e 1 grupo de artilharia pesada a 2 batarias de 4 peças.

Infelizmente não temos dados seguros sobre o projecto de organização do exército inglês, o que era do maior interesse para este nosso trabalho.

*
* *
*

Como vimos éra geral, durante a guerra, nas diferentes nações o emprego do obus como bôca de fôgo divisionária de *complemento* à acção da peça ligeira (75), que foi e é a bôca de fôgo *principal*.

Depois da guerra, também vimos que subsiste o mesmo princípio.

Ainda deveríamos considerar a peça chamada de acompanhamento (37^{mm}); mas sobre êste tipo de bôca de fôgo ainda a indústria não deu a sua última palavra e provado ficou, pela guerra, tanto a sua necessidade, principalmente na fase da guerra de posição, quando se efectuavam avanços através de terrenos cortados de trincheiras e com as estradas e caminhos bastante deteriorados, como a ineficacia dos diferentes modelos do mesmo material empregados pelos beligerantes.

Com respeito ao emprego da peça pesada na divisão é por enquanto problêma difícil, atendendo à falta manifesta de mobilidade para êsse emprego, a que já nos referimos; porém ela poderá ser substituída pelo obús ligeiro se êste tiver um alcance de 10 Klm., podendo assim bater os objectivos destinados aquela peça.

(1) «Revista dos militares», do Brasil—(fevereiro de 1919).

(2) «Revista Militar»—(outubro de 1919).

Atenderemos portanto nas considerações seguintes apenas ás duas classes de bócas de fôgo na divisão: peça ligeira e obus ligeiro.

Sôbre os tipos a adoptar como peça ligeira e obus ligeiro é muito interessante e elucidativo o referido relatorio da comissão americana, bem como é útil a leitura dos artigos: «*El obus ligeiro y el material pesado de campaña*», publicado no *Memorial de Artilleria* (números dos meses de fevereiro a janeiro de 1917), e «*The tendency of Design in Modern Field Artillery*» publicado no «*The Field Artillery*» (número de outubro a dezembro de 1918).

Abstemo-nos de entrar nesse assunto, pois julgamos que (fervet opus) é urgente a aquisição breve do material para organizar devidamente a nossa artilharia.

Lisboa — Fevereiro de 1920.

MOTTA MARQUES

Maj. de art.

(*Continua*)

Pacifismo

A idea de Patria e os paciñstas

(*Continuado da pag. 574*)

A razão fria verifica que a história nos mostra, sem uma só excepção, que os povos desaparecem pela dissolução interna ou absorção externa, desde que o sentimento da Pátria se lhes embota e extingue, ou é suplantado pelo espírito de seita, de classe ou de partido. Dissolveram-se na antiguidade as repúblicas ateniense e romana, modelos admiráveis da civilização clássica; tombaram o Império de Bisâncio e a Polónia; dilaceraram-se em intermináveis e estereis guerras e perseguições religiosas muitas nações da Europa no decurso dos séculos XVI e XVII. E' ainda devído ao excessivo espírito de classe profissional que existe na India, representado pelo regimen das castas, que esse enorme e populoso país tem sido com facilidade dominado e explorado por estrangeiros, séculos após séculos. E' que a idéa e sentimento da Pátria

tem sido e será sempre o mais forte estímulo da vitalidade dos povos e das suas qualidades heróicas.

Por felicidade, que ainda agora na recente guerra se verificou e mais do que nunca, a noção de Pátria tem profundas e insubstituíveis raízes no coração humano.

As sociedades teem sido até agora alicerçadas fundamentalmente sôbre dois vínculos poderosos: laços de sangue (família, *gens*, *clan* e tribo) e de residência ou território (aldeia, cidade, município, etc.); e a Nação é um agregado de extraordinária vitalidade, porque reúne esses dous laços — comunidade de raça e de território. A Nação resulta duma síntese complexa de sentimentos profundos e delicados: dos affectos que nos prendem ao nosso lar, à nossa família, aos nossos costumes, à nossa paisagem, aos lugares em que nascemos, vivemos e amamos. O sentimento de Pátria é indestrutível, porque deriva da nossa própria personalidade; só o não alimentam os povos ou raças, que pela sua degenerescência fisiológica ou moral perderam o precioso instinto da própria conservação.

*

Ha dois argumentos contra a idea da Pátria, que aparentam possuir algum fundamento. São estes: a idea de Humanidade é superior à de Pátria; a idea de Pátria impede a paz entre os povos.

Mas o valor de tais argumentos não passa de aparente, como vamos examinar.

Em primeiro lugar os povos não lucrariam cousa alguma com a substituição da luta entre os povos pela luta de classe ou de carácter económico, como pretendem os modernos internacionalistas, ou de seitas, como desejariam os sectários de certas religiões intolerantes. De todos os generos de luta é a guerra entre as nações o que tem menos inconvenientes, porque as lutas entre nações duram pouco e se provocam ódios entre povos determinam simultaneamente uma forte coesão e amizade a dentro de cada nação, como vimos que succedeu ultimamente; ao passo que as lutas de classe, assim como as das seitas, são eternas e para elas não ha nunca tréguas nem abrigo, até no seio da própria família.

Pelo que diz respeito à luta de carácter económico é

muito mais repugnante e prejudicial à vitalidade da espécie do que a luta à mão armada, visto que na primeira os vencidos vão-se lentamente esgotando e degenerando pela miséria e pela doença, e os vencedores pelo excesso de riqueza e de prazeres; enquanto que na segunda morrem os indivíduos rapidamente, mas sem darem causa ao esgotamento e degenerescência fisiológica da espécie humana.

Além disso não está ainda provado quais seriam as verdadeiras consequências duma paz perpétua e geral entre os povos; mas a avaliar pelo que sucede nos longos períodos de paz, legitimamente se pode crer que se fosse possível uma paz eterna universal ela conduziria à letargia e abatimento das energias fisiológicas e morais da nossa espécie: a humanidade cairia fatalmente na moleza, no sensualismo e passaria a ter medo de tudo.

Assim o afirmam os mais eminentes sociólogos, que não comungam no militarismo nem pecam por reaccionários.

Em *La Riforme Morale et Intellectuelle* que os acontecimentos de 1870-71 inspiraram ao grande escritor Renan, afirmou este notável pensador que "Se a toleima, a negligencia e a imprevidencia do Estado não tivessem por consequência faze-los bater, difficil é dizer a que grau de rebaixamento poderia descer a espécie humana. A guerra é deste modo uma das condições do progresso, a chicotada que evita um país de adormecer, obrigando a mediocridade satisfeita de si mesmo a sair da sua apatia. O homem só é sustentado pelo esforço e pela luta. O dia em que a humanidade se tornasse um grande imperio romano pacificado e sem inimigos externos, seria o dia em que a moralidade e a intelligência correriam os maiores perigos."

E na realidade a historia confirma este modo de ver de Renan e de muitos outros filosofos; a historia patenteia-nos em traços firmes que os povos entregues ao pacifismo se enervam, decaem e acabam por desaparecer. Á luz da historia reconhece-se que o apogeu da florescencia dos povos coincidiu sempre, mas sempre, com o desenvolvimento das suas virtudes patrioticas e guerreiras, vindo a decrepitude e a corrupção logo que essas virtudes se apagaram.

E raciocinando teriamos que concluir, se os povos mais pacificos fossem os mais perfeitos, que os chineses, os egipcios,

os indios, são muito superiores aos europeus; que os antigos gregos de Homero, e os das Termópilas, Maratona, Salamina, Platea e de Alexandre Magno eram muitíssimo inferiores aos pacíficos e futeis gregos do Imperio-Bisantino, que rezavam e discutiam dogmas enquanto os turcos abriam brecha nas muralhas de Constantinopla; que os romanos de tempo de Spião, de Cicerão, Cesar e Trajano, eram barbaros, comparados com os dos ultimos tempos do Imperio; que em suma a velhice é superior à mocidade, visto que esta é menos pacifica do que aquela.

A grande maioria dos partidários do pacifismo e anti-patriotismo são recrutados nos meios proletários, com a alegação atraente de que a guerra é o principal obstáculo às reivindicações do operariado. Ora tal alegação é falsa, é até contrária à realidade. Todos sabemos que a Grande Guerra fez mais, nesses meses que durou, no campo das realidades socialistas, do que toda a propaganda feita para esse fim. A guerra obrigou até a fazer socialismo aos proprios conservadores. O unico povo que até hoje teve uma organização verdadeiramente socialista foi a nação mais guerreira do mundo — foi Esparta!

É indiscutivel que o pacifismo, assim como o internacionalismo, conduzindo ao afrouxamento da coesão social pelo desaparecimento do perigo colectivo, conduzirá antes ao individualismo do que ao socialismo. Assim verificámos que durante a guerra o espirito publico ou social foi muito superior ao existente durante a paz, em que os instintos e interesses individuais difficilmente cediam o passo aos interesses collectivos.

Podem os socialistas ter a certeza que o serviço militar obrigatorio tem mais importancia para o triunfo das reivindicações populares do que o sufragio universal. O perigo para o capitalismo reside exactamente em o operariado ter qualidades militares; porque se o proletariado for uma multidão de tímidos pacifistas ou de violentos sem disciplina, fácilmente pode ser dominado por um pequeno exercito a soldo da classe capitalista. Não haja duvida: o proletariado só não poderá ser dominado por um exercito, quando ele proprio tenha qualidades guerreiras e constitua grande parte desse exercito, como era na guerra que expirou.

É certo, pois, que o pacifismo dos proletários só pode beneficiar o capitalismo, que subjugará melhor uma multidão indisciplinada de pacifistas do que um corpo organizado de guerreiros. É já antiga esta verdade, porque as antigas classes ou raças dominadoras não permitiam aos escravos, os preletarios de aquele tempo, que fizessem parte do exercito, como sucedia em Roma, na Grecia, em quasi todos os povos da antiguidade.

Resta-nos ainda analisar o argumento de que o conceito de Pátria deve ser substituido pela idea superior da Humanidade. O valor deste é tambem só aparente.

Se, para que seja um facto positivo a fraternidade humana, é preciso destruir as diferentes pátrias, forçoso será tambem admitir que para formar as nações se deveriam destruir primeiramente os municipios e as familias, e até que para formar as familias se teriam de destruir os proprios individuos! Não pode haver absurdo mais evidente.

A razão indica-nos precisamente o contrario: assim como para haver familias bem constituídas são necessários individuos de character forte e são, e só há nações bem organizadas onde os sentimentos de familia sejam vigorosos, assim tambem a perfeição da humanidade só pode resultar das prosperidades e fôrça das nações e raças que a compõem.

Note-se ainda que a solidariedade e affectividade social se não pode avaliar justamente pela sua amplitude, e sim pela sua intensidade; a affectividade dilui-se e desaparece logo que se pretenda estende-la a toda a gente. Vale infinitamente mais a vida no meio dum reduzido número de individuos que sejam verdadeiros amigos, do que conviver com milhares de pessoas, mas indifferentes.

Esses humanitaristas que negam a sua Pátria por um pretendido amor à humanidade, estão bem definidos por Rousseau quando escreveu, *que há criaturas que fingem amar os tartaros para se dispensarem de amar os vizinhos.*

MELLO E ATHAYDE

Ten. coronel

Obras oferecidas

- 1 **Portugal na Quadrela Flamenga. Através duma velha amizade: das Cruzadas á Grande Guerra.**—MARIO DE CAMPOS, tenente-coronel do estado maior e professor da escola militar. 1920.—Imprensa Nacional—Lisboa—(0^m,19×0^m,12) 1 vol. de 62 pags.

O livro do já muito conhecido escritor militar é mais uma contribuição para a historia da Grande Guerra e para a consagração daqueles que bem alto levantaram o nome de Portugal, vertendo o seu sangue nas planices da Flandres em cooperação com os nossos velhos aliados, os ingleses. O illustre escritor lança uma vista retrospectiva sobre a historia guerreira da Flandres, indicando sumariamente essa serie de batalhas em que por tantas vezes se decidiu a sorte de vários reis e senhores feudais; e, pela mão do Sr. Dumazet, faz-nos subir ao pequeno cabeço de Mons-en-Pévèle (13 km. a S. O. de Bouvines e a 10 km. a O. de Orchies) na Flandres Wallona, e daí, nos faz descortinar o monte Cassel, onde se eleva a povoação do mesmo nome (muito conhecida dos portugueses do seculo XIII) e que fica a uns 64 km. de distancia; a pequena povoação de Bouvines, metida no fundo do pantanoso vale da ribeira de Marcq, e que nos recorda a grande batalha travada a 27 de julho de 1214, para nós de triste memoria, porque Fernando de Portugal (filho de D. Sancho I) foi feito prisioneiro e seguiu algemado o exercito triunfante de Filipe Augusto, que o encerrou no novo torreão do Louvre¹; o planalto de Bapaume (a 53 km); e uma serie de outras povoações celebrizadas noutras e na Grande Guerra pelas cruentas lutas, que as suas ruinas fumegantes ainda atestam.

Ainda nos fornece a fulgurante prosa de Ruy Barbosa, transcrevendo alguns dos sugestivos periodos da conferencia realizada em Petrópolis, em 1917, por aquele talentoso escritor brasileiro; e a seguir, as levantadas expressões pronunciadas por Poincaré, em julho de 1919, na Camara Belga.

Voltando novamente à Flandres das comunas, põe mais uma vez em destaque a bravura flamenga, o amor à liberdade, e acentua a aspiração, por várias vezes manifestada, na constituição de um grande Estado entre a França e a Alemanha, que se procurou efectivar com o advento da casa de Borgonha, e em que se encontrou empenhado o grande Car-

¹ É para notar que foi como aliado do rei de Inglaterra (em virtude do tratado de dezembro de 1213) que o nosso D. Fernando de Flandres fez a guerra a Filipe Augusto, sendo as tropas inglesas comandadas pelo conde de Salisbuy (*Ferrândus comes Flândrensis se confederât regi Angliæ*). Ainda devemos observar que o casamento de D. Fernando com a herdeira do condado da Flandres fôra feito por intermedio de Filipe Augusto. Foi isto que mais exacerbou o rei da França, vendo a ingratidão de Fernando.

los o *Temerario*, duque de Borgonha, filho de Filipe o *Bom* e de D. Isabel de Portugal, e portanto neto do nosso D. João I, que viu abatida a sua soberba na batalha de Nancy (janeiro de 1477), sendo o seu cadáver encontrado após 3 dias, na vasa gelada da ribeira que forma o lago de S. João.

É com bastante brilho e documentação que o autor mostra quanto datam de seculos (pois é do começo da monarquia) as relações entre Portugal e as Flandres, tanto sob o ponto de vista comercial como intelectual.

Essas relações estreitam-se pelos laços de familia não só durante a dinastia afonsina, mas ainda durante a dinastia de Aviz, e acentuadamente após as nossas conquistas no Oriente, quando Lisboa se tornou um grande emporio comercial. Flamengos cooperam com os nossos guerreiros na conquista contra os mouros; flamengos se estabelecem nos primeiros reinados no vale do Tejo como colonos; flamengos ainda colonizam o Faial nos primeiros reinados da 2.^a dinastia.

Por seu turno, numerosos portugueses se estabelecem na Flandres durante a 1.^a dinastia, formam mesmo uma parte importante da povoação de Cassel (a que se juntam tambem elementos castelhanos durante o dominio de Castela), e ainda no reinado de D. Manuel com a expulsão dos judeus, numerosos portugueses da raça hebraica vão estabelecer-se nas Flandres.

Não foi na Grande Guerra que pela vez primeira os soldados portugueses regaram com seu sangue esse rincão de terra da Europa, pois aí ficaram sepultados muitos dos que fizeram parte dos terços castelhanos,

É ainda deveras interessante a maneira como neste pequeno livro se põe em evidencia o papel brilhante com que se houve no seculo xv, sob o ponto de vista politico, a nossa infanta D. Isabel, filha de D. João I, durante o tempo em que esteve casada com Filipe o *Bom*, duque de Borgonha.

Emfim, o trabalho do talentoso Mario de Campos lê-se com um interesse sempre crescente, sem fatigar, antes com sumo prazer, pelos numerosos factos historicos apontados, que põem em evidencia o labor do autor. Por isso daqui o felicitamos.

2 Palavras simples—ditas a 25 de abril de 1920 no 5.^o Grupo de Administração militar na ratificação do juramento de bandeiras, por NUNO BEJA.—Coimbra—Minerva Central—1920—Folheto de 8 pags. (0^m,18 × 0^m,12).

Num pequeno folheto o autor, num acto solene dum juramento de bandeiras e numa linguagem vernácula, soube fazer vibrar todo o sentimentalismo de nma alma patriota. O autor pertence ao grupo daqueles que ainda não desanimaram e creem que «os *novos de Portugal* hão de construir e edificar um novo Portugal com os escombros que os nossos antecessores deixaram; mas para isso é preciso que se crie o amôr à terra, amôr à raça, amôr aos nossos irmãos...; só uma grande união nos

poderá salvar dum abismo certo, do abismo para que pode tender a nossas nacionalidade: é no trabalho que está a salvação da Pátria».

Basta citar estes conceitos para ver como o orador estava possuído dos mais ardentes sentimentos patrióticos. Acusando a recepção, agradecemos a valiosa oferta.

- 3 **Elementos para a bibliografia medica da Grande Guerra**, por ANTONIO DE AZEVEDO. Separata de «**A Medicina Contemporanea**». — 1920 — Tipografia Adolfo Mendonça Limitada. — Lisboa. — Folheto (0^m,22 × 0^m,10) 15 pags.

O autor veio prestar um grande serviço, compilando algumas das especies bibliográficas que tem aparecido relativas aos serviços medicos e cirurgicos da Grande Guerra, ou que com elles tem relação, e que são constituídas ou por artigos devidos a distintos medicos portugueses, que os publicaram em diversas *revistas*, como sejam — A «*Medicina Contemporanea*», a «*Medicina Moderna*», o «*Portugal Medico*», o «*Jornal dos Medicos e farmaceuticos portugueses*»; ou por *teses* defendidas nas Faculdades de medicina de Lisboa, Coimbra, Porto; ou em *Conferencias*; ou ainda em opusculos varios. Todas as indicações que se encontram no folheto constituem um valioso auxilio para os que se consagram a estes assuntos. Agradecemos, portanto, o oportuno folheto.

V. C.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Novas metralhadoras. — Tem-se ultimamente construido na Alemanha 2 tipos novos de metralhadoras. Um dos tipos é destinado a perfurar os *tanks*, pois os projecteis desta nova arma perfuram á distancia de 800^m uma placa de aço de 0,003 de espessura. O outro tipo de metralhadora é destinado ao tiro contra aeronaves, podendo disparar 1.500 tiros por minuto.

Austria

O novo exercito austriaco. — Este exercito é organizado em *brigadas*, tendo cada uma destas 2 regimentos de infantaria, um batalhão de ciclistas, um esquadrão de cavalaria, um grupo de batarias de artilharia e os trens correspondentes.

A duração do serviço será de 12 anos, dos quaes 6 na *reserva*.

Os sargentos serão promovidos a officiaes depois de fazerem um curso de 2 anos na escola militar. A alimentação, o fardamento e os soldos exigirão

uma soma calculada em 300 milhões de *corôas*, não contando com as despesas de aquartelamento, com a aquisição de material e com a instrução.

Deixa de existir o alto comando militar, ficando assim o exercito sem um órgão director.

Espanha

Criação de uma legião estrangeira colonial. — A exemplo do que se pratica em França, tambem na Espanha se criou uma *legião estrangeira* destinada a Marrocos, e que se organizará em Ceuta.

A organização desta *legião (terço)* será o primeiro passo para a criação de um *exercito colonial*, que permitirá aliviar o exercito da Peninsula das campanhas de Africa. Logo que esteja constituido o *terço* de estrangeiros, serão repatriadas todas as praças que estejam em Africa no seu terceiro ano de serviço.

O *terço* compreende tres *bandeiras* (batalhões), tendo cada uma 2 companhias de espingardeiros e 1 de metralhadoras.

Todos os officiaes serão provenientes da arma de infantaria, sob proposta do general «Alto Comissario». Um dos officiaes superiores já nomeado é o tenente coronel de infantaria, com o curso de estado maior, D. Millan Astray. Os cabos, sargentos e sub-officiaes são tambem recrutados na infantaria. Os espanhoes que voluntariamente se alistam no *terço* recebem 700 pesetas como premio de alistamento e os estrangeiros 600 pesetas. O vencimento diario é de 4,10 pesetas, que vae sucessivamente aumentando por periodos de diurnidade.

A criação do *terço de estrangeiros* (designação que não é muito propria, por isso que não é constituido só por estrangeiros), tem por fim evitar que um grande numero de espanhoes se alistem nos exercitos estrangeiros, dando preferencia ao serviço nacional, pois ainda na ultima guerra se viu que na *legião estrangeira* em França havia um numero consideravel de espanhoes.

Generais honorarios. Esclarecendo a lei de 19 de maio deste ano, o *Diario oficial*, publicou algumas disposições relativas aos coroneis promovidos ou a promover a generais de brigada honorificamente.

Os coroneis das diversas armas e serviços com 42 anos de serviço activo, e mais de um ano de posto, e que o requeiram, são promovidos a generais de brigada, mas este posto é considerado puramente honorifico, não dando direito a maior pensão de reforma que a que corresponde ao posto de coronel e aos anos de serviço, nem a maior pensão nas condecorações, nem ainda a qualquer aumento na pensão do montepio, continuando estes officiaes a pertencer aos quadros de reserva, ou de reformados como se fossem coroneis. Como se vê, a graduação em general de brigada, é apenas uma vantagem de ordem moral, sem vantagens algumas de ordem material.

Criação de sub-officiaes na Guarda civil e nos Carabineiros. — Tornou-se agora extensivo aos corpos da Guarda civil e de Carabineiros a criação do posto de sub-official, que já havia no exercito desde 1918. A promoção de sargento a sub-official é por antiguidade, mediante boas informações, e tendo

pelo menos 2 anos de posto. Continuam a ser promovidos a alferes do quadro da reserva retribuída os sub-officiaes em harmonia com a legislação anterior.

No corpo da guarda civil passa a haver 237 sub-officiaes, sendo 25 nos terços, 4 nos comandos independentes, 170 em igual numero de companhias e 38 em igual numero de esquadrões.

Nos carabineiros o numero de sub-officiaes é de 142, sendo 32 em igual numero de comandos, 104 em igual numero de companhias e 6 em igual numero de esquadrões.

O vencimento mensal dos sub-officiaes, tanto na guarda civil como nos carabineiros, é de : 257 pesetas no 1.º periodo ; 277 no 2.º ; 297 no 3.º ; e 317 no 4.º periodo, além das gratificações e subsidios já estabelecidos.

— Os sub-officiaes tem direito a reformar-se a partir dos 25 anos de serviço, não podendo continuar no serviço logo que completem 51 anos de idade. A pensão de reforma é de 60%, 67,5, 75, 82,5 e 90% aos 25, 26, 27, 28 e mais de 29 anos de serviço. É de 100% do soldo quando tenham 8 anos de posto e mais de 28 de serviço.

— As viúvas e filhos tem as pensões correspondentes ao posto de tenente do exercito.

Escolas praticas e manobras de outono. — Este ano, como tem tido logar nos anos anteriores, realizaram-se durante os meses de setembro e outubro os exercícos praticos nas diversas unidades de infantaria, cavalaria e artilharia, tendo sido destinadas 703.747 pesetas para os exercícos das unidades de infantaria, 212.758 para os 27 regimentos de cavalaria.

Terminados os exercícos de regimento, constituíram-se brigadas e divisões de cavalaria. Os regimentos de cavalaria tinham o efectivo minimo de 100 cavalos por esquadrão.

Terminados os exercícos de regimento da arma de infantaria, realizaram-se depois exercícos de brigada, subordinados sempre a um tema tactico, e de destacamentos mixtos.

Sempre que o terreno o permitiu, executaram-se exercícos com fogos reaes. As tropas de infantaria executaram variados trabalhos de fortificação, especialmente trincheiras e abrigos, construção de defensas accessorias e de revestimentos ligeiros.

— Os corpos de cavalaria realizaram os seus exercícos dentro do periodo de 6 de setembro a 28 de outubro, não durando em cada unidade mais de 12 dias.

— Os corpos de infantaria realizaram os seus exercícos dentro do periodo de 27 de setembro a 23 de outubro.

— Os regimentos de artilharia executaram os seus exercícos dentro do periodo de 1 de setembro a 31 de outubro

Estados-Unidos da America

Dotação em artilharia nas diferentes grandes unidades. — Em consequencia das lições da recente guerra parece que o exercito americano adoptará as seguintes especies de artilharia : *artilharia divisionaria* — a peça de 7,^{cm}5 e o obus ligeiro de 12^{cm} ; como *artilharia de corpo* — o obus de 15^{cm},5 Schneider,

as peças de 12^{cm} e de 15^{cm,5} Filloux; como artilharia de exercito—o obus de 15^{cm,5} Schneider, o obus de 20^{cm,3} e o de 23^{cm,4} ou ainda os de 22^{cm} e de 28^{cm}. Serão ainda empregadas peças de maiores calibres em tratores ou sobre linha ferrea (A. L. V. F.),

A tracção mecanica vae ser empregada em todas as bocas de fogo, com excepção das peças de campanha de 7^{cm,5} que só mais tarde utilizarão os tratores de 2 T,5. Para os obuses de 15^{cm,5} são empregados os tratores de 5 T. Para as peças de maiores calibres serão empregados tratores de 15 e 20 toneladas.

Artilharia norte-americana instruida em França no momento do armisticio.

Nos campos de artilharia divisionaria.....	213.191	sendo	7.978	oficiaes e	205.213	praças
Nos centros e escolas de artilharia pesada.....	82.004	»	4.010	»	77.994	»
No centro de artilharia de trincheira.....	8.859	»	459	»	8.400	»
Na escola de Sanmur.....	4.941	»	1.548	»	3.393	»
No centro de artilharia contra aeronaves.....	4.829	»	184	»	4.645	»
Regimentos de artilharia de campanha e reserva.....	28.705	»	432	»	28.273	»
Batalhões de reserva de artilharia de campanha pesada.....	11.022	»	218	»	10.804	»
	353.551	»	14.829	»	338.722	»

Nesta ocasião tomavam parte nos combates :

3 brigadas com 9 regimentos de A. L. V. F.

25 brigadas com 75 regimentos de artilharia de campanha.

9 regimentos de artilharia pesada com tratores.

Nos campos de instrução a artilharia constituia : 8 brigadas com 24 regimentos de artilharia de campanha; 11 brigadas com 33 regimentos de artilharia pesada com tratores.

O recrutamento durante a guerra.—Segundo as estatisticas publicadas pelo ministerio da guerra, foram recenceados para o serviço militar durante a guerra 23.908.576 mancebos, havendo a mencionar 337,649 refratarios, ou sejam 1,41% dos quaes foram presos e punidos 163.738, tendo os restantes escapado á acção da policia.

Com o serviço de recenceamento gastaram-se 30.850.000 dollars.

Perdas durante a guerra.—Durante a guerra foram mobilizados 4 milhões de homens, mas pouco mais de 2.086.000 serviram na Europa, e nem todos entraram em operações, pois houve 10 divisões (271.000 homens)

que chegaram já tarde. Emquanto ás perdas, uma nova lista (será a ultima?) discrimina-as assim :

Mortos nos campos de batalha.....	34.248
Mortos em consecuencia dos ferimentos.....	13.700
Mortos por doença.....	23.430
Mortos por accidentes.....	2.019
Suicidas.....	272
Afogados.....	300
Assassinados.....	154
Executados por sentença dos tribunais.....	10
Por causas indeterminadas.....	1.846
Mortos por execuções não publicadas.....	489
Mortos segundo informações incertas.....	650
Total.....	77.118

Feridos houve 221.050, sendo ligeiramente 91.189, gravemente 83.390 e num gráo indeterminado 46.480.

De junho a novembro de 1918 foram mortos no campo de batalha 50,6% das tropas de choque. No mesmo periodo o exercito britanico teve 48,8%.

As mais fortes perdas foram experimentadas pela 2.^a divisão, havendo regimentos desta divisão (o n.º 9 e 23) que perderam 121% do seu efectivo organico, e na 4.^a brigada de marinha as perdas atingiram 136%.

As perdas na artilharia desta divisão foram de 11%. Aqueles numeros mostram que houve regimentos de infantaria que foram reconstituídos por varias vezes, pois só assim se explica o terem sofrido perdas superiores aos seus efectivos organicos.

França

Perdas sofridas pelo exercito francês durante a guerra, e em especial as da infantaria.—Para o exercito de terra as perdas em mortos e desaparecidos tem sido avaliadas, segundo as ultimas estatisticas, em 1.357.800 homens, officiais e tropa, tanto franceses como indigenas, sendo as perdas destes computadas em perto de 70.000 homens. Estas perdas foram maiores nos anos de 1914 e 1915.

Em 1914 as perdas foram : 301.350, o que corresponde a 2,95% do efectivo do exercito;

Em 1915 as perdas foram : 348.850, o que corresponde a 2,95% do efectivo do exercito.

Em 1916 as perdas foram : 252.300, o que corresponde a 0,71% do efectivo do exercito.

Em 1917 as perdas foram : 163.700, o que corresponde a 0,45% do efectivo do exercito.

Em 1918 as perdas foram : 223.300, o que corresponde a 0,75% do efectivo do exercito.

Nos meses de agosto e setembro as perdas em mortos no campo e prisioneiros foram de 313.000 homens ; nas formações sanitarias morreram 7.000;

nos hospitais do interior morreram 9.000. Foram evacuados para o interior 400.000 feridos e doentes.

As batalhas em que se acentuaram mais graves perdas foram :

Batalha da Champagne em 1915 :	4.300	oficiais e	175.000	de tropa ;
Batalha do Somme em 1916 :	5.000	»	189.000	» ;
Batalha do Aisne em 1917 :	3.700	»	136.000	» ;
Total.....	13.000	»	500.000	»

Em proporção os oficiais sofreram maior numero de baixas do que a tropa, o que aliás quasi sempre assim succede. Tendo sido mobilizados no decurso da guerra 200.000 oficiais, morreram 36.000, o que dá uma proporção de 18,9%, sendo 29.260 da infantaria. Tendo sido mobilizados nesta arma 100.600 oficiais, vemos que a percentagem das perdas foi de 29% para esta arma, enquanto que para as outras armas e serviços foram : 21,6% na aviação, 10,3% na cavalaria, 9,3% na engenharia, 9,2% na artilharia e 5,7% na aerostação.

— Na infantaria o numero de homens de tropa mortos ou desaparecidos foi de 1.158.000 ; e, como foram mobilizados no decurso da guerra um pouco mais de 5 milhões, segue-se que a percentagem foi de 22,9%, enquanto que a cavalaria teve 7,6%, a engenharia 6,4%, a artilharia 6%, a aviação 3,5%.

A infantaria perdeu (mortos e desaparecidos) em 1914, 290.000 homens ; em 1915, 326.300 ; em 1916, 222.600 ; em 1917, 135.600 ; em 1918, 183.500.

De 25 de setembro a 8 de outubro de 1915 o regimento de infantaria n.º 137 perdeu 31 oficiais e 1.155 praças ; o regimento n.º 64 perdeu a 20 de setembro de 1914, 44 oficiais dos 55 que tinha a 10 de agosto ; o 93 ficou com 7 oficiais, perdendo 47 ; o 124 perdeu 53, ficando só com 1 a 25 de setembro. Num só dia perdeu 20 oficiais e 766 praças.

— Segundo a *Neue Badische Landeszeitung* de 1 de janeiro de 1920, os alemães tiveram as seguintes perdas :

Mortos :	{	Oficiais.....	62.693	{	1.718.246
		Praças.....	1.655.553			
Feridos :	{	Oficiais.....	116.015	{	4.234.107
		Praças.....	4.118.092			
Prisioneiros e	{	Oficiais.....	23.104	{	1.073.619
desaparecidos		Praças.....	1.050.515			
		Total.....				7.025.972

Como se vê, as perdas alemãs foram muito superiores ás francesas.

O bombardeamento de Paris pelas peças de grosso calibre de 23 de março a 7 de agosto de 1918. — O *Boletín du Ministère de la Guerre et Marine* (Revista di Artiglieria e Genie) traz algumas interessantes informações sobre o bombardeamento que sofreu Paris pelas peças alemãs de grande calibre.

Esse bombardeamento compreende tres periodos distintos: o 1.º de 23 de março a 1 de maio, tendo sido lançados 185 projecteis; o 2.º, de 27 de maio a 11 de junho, em que foram lançados 104 projecteis; o 3.º, de 15 de julho a 16 de julho, tendo sido lançados 14 projecteis; o 4.º, de 5 de agosto a 7 do

mesmo mes, em que foram feitos 64 tiros. Foram, pois, lançados 367 projecteis. As peças eram dos calibres 21^{cm} e 24^{cm}. As peças de 21^{cm}, que eram 3, estavam colocadas na vertente Este duma colina ao N. de Crépy—em Laonnois, estando as 3 peças respectivamente distanciadas de "Nôtre Dame" de Paris 120 km, 119,km9 e 119 km.

A posição, que ficava entre Laon e La Fère, era muito arborizada, o que tornava difficil a observação dos aviões francezes, e alem disso o espaço destinado ao servlço das peças era coberto por uma rede metalica coberta pelos ramos das arvores. Contudo no fim de 4 dias os francezes tinham determinado a posição desta bateria e contra ela iniciaram o fogo em 27 de março, tendo neste mesmo dia posto uma das peças fóra de combate. Passados alguns dias foi inutilizada outra peça.

As peças estavam assentes numa linha ferrea de largura normal, que comunicava por galerias com os abrigos destinados ao pessoal e ao posto de socorro. Havia ainda um posto de descanso à retaguarda num abrigo subterraneo, à prova dos maiores projecteis. O posto de comando da bateria estava a 100^m desta. O terreno em volta estava protegido por uma rede de fio de ferro espinhosó, e outras medidas de precaução tinham sido tomadas, mas tudo isto se revelou nas fotografias dos aviões francezes. A posição individual de cada peça foi tambem determinada, com um erro de poucos metros, por meio do som, sendo estas posições confrontadas com as indicações dadas pela fotografia aerea.

Inutilizada a bateria de Crépy, uma outra situada a Este de Beaumont-en-Beine, no bosque de Corbie e a 110 km. de "Nôtre-Dame", rompeu o fogo em julho. Apesar de todas as precauções tomadas para mascarar a posição e a peça, a fotografia aerea conseguiu dar informações que, combinadas com as dadas pelo som, permitiram ainda fixar a posição aproximada da peça de 24^{cm} dentro de uma zona de 100^m de raio. Esta peça levou mais tempo a inutilizar.

Diversos

Tratamento das feridas em campanha.—Durante a última guerra européa muitas modificações houve ensejo de introduzir na medicina e na cirurgia, sendo postos de parte métodos até então consagrados e derruidas teorias antigas.

Mr. Picqué, estudando as feridas feitas com arma de fogo, estabelece como princípios: 1.º—que tôda a ferida de guerra deve ser considerada mais grave do que parece à primeira vista; 2.º—que tôda a ferida produzida por estilhaços de granada de artilharia deve ser considerada como infectada. Disto conclue que na terapeutica destas feridas não se deve adoptar a abstenção operatória, antes se deve operar o mais rapidamente possível, pois de contrário é quási certa a infecção. Dever-se-à pois extrair quaisquer corpos extranhos, estabelecer drenos para as secreções, e efectuar as operações plasticas que suprimam as anfractuosidades dos tractos, onde as bacterias se desenvolvem excelentemente.

Também Lapointe estabelece como postulado "que a evolução das feridas de guerra depende do seu primeiro tratamento e das condições em que foi realizado." Lemaitre, cirurgião militar francês, determinou que nos postos

de curativo se procedesse ao desbride extenso das feridas, fazendo-se ablação dos tecidos sem vitalidade. A par do tratamento cirurgico, torna-se necessário combater o resfriamento e levantar o moral do ferido.

É preciso ainda empregar umas medicamentações estimulantes, como sejam o sôro artificial (subctaneo e intravenoso), as injeções hipodermicas de cafeina, adrenalina, sulfato de esparteina, etc. Como substância antisética se empregou o líquido Dakin.

CRÓNICA MARITIMA

Portugal

Navios de guerra entregues pelos Impérios Centrais.—Segundo informa o *Moniteur de la Flotte* (n.º 43, de 23 de Outubro) serão entregues a Portugal, nos termos do tratado de paz, 6 torpedeiros austriacos, dos quais 5 só poderão ser empregados na policia maritima, ignorando-se por enquanto o destino que será dado ao 6.º.

A proposito desta noticia é curioso verificar a fôrma como foram repartidos pelos vencedores os navios da Alemanha e da Austria, e o destino que lhes está reservado.

A armada alemã foi distribuida unicamente pela Inglaterra, Estados Unidos, Japão, França e Italia, que receberam: 9 couraçados, 16 cruzadores, 2 condutores de flotilha, 59 destroyers e 50 torpedeiros; destes ultimos foram destinados 12 para a Polonia e Brasil, que se servirão deles para a policia maritima.

Todos os navios alemães entregues ás grandes potencias serão destruidos, com excepção de 3 cruzadores, 1 condutor de flotilha e 2 destroyers, que couberam á Italia e 1 condutor de flotilha recebido pela França.

Quanto á marinha austriaca, os seus couraçados e cruzadores foram repartidos entre a Inglaterra, França e Italia, sendo todos eles destinados a serem destruidos, menos dois cruzadores recebidos pela Italia e 1 pela França; os destroyers foram cedidos á Italia (15, sendo 8 para demolir) e Grecia (1 para ser incorporado na marinha deste país): finalmente os torpedeiros foram destinados:

Inglaterra.....	13 (para destruir)
Jugo-Slavia.....	11 (para a policia maritima)
Grécia.....	7 " " " "
Romenia.....	7 " " " "
Portugal.....	6 (5 para a policia maritima)
Italia.....	6 (para destruir)
França.....	4 " "

As canhoneiras e lança-minas foram destinados á Inglaterra, França e Italia, que os deverão destruir.

O *Moniteur de la Flotte*, donde extraímos estas informações, conclui a noticia relativa á destruição das esquadras inimigas com duas espirituosas

observações; a primeira é que o trabalho de aniquilamento do tempo de guerra se está continuando em plena paz, na impiedosa destruição dos navios inimigos, e a segunda que, tendo sido difficilimo estabelecer entre os vencedores os necessarios accordos em materia de compensações territoriais e financeiras, se tornou extremamente facil encontrar a formula conveniente sob o ponto de vista naval, formula pela qual a Inglaterra, tendo assegurado a ruina maritima dos Imperios Centrais, conseguiu ao mesmos tempo conciliar as aspirações antagonicas dos aliados.

Belgica

Uma marinha nascente.— A guerra fez renascer vários estados e criar novas marinhas; entre estas, uma das que nos deve merecer mais interesse é a belga, por se tratar dum país colonial como o nosso, e que é até nosso vizinho na Africa Occidental.

Segundo as ultimas noticias, a Belgica não se prepara simplesmente para constituir uma pequena marinha de *Sloops*, mas pensa tambem, ao que parece, em adquirir submarinos, para guarnecer os quais mandou instruir em França um nucleo de homens.

Estados Unidos

Valor ofensivo dos novos navios americanos e ingleses.— As revistas estrangeiras fornecem alguns elementos para a comparação do poder ofensivo dos couraçados americanos tipo «Massachussets», e do cruzador de batalha inglês «Hood», em que se reconhece que os primeiros são, sob este ponto de vista muito superiores ao grande e mais moderno cruzador britânico.

	Americano	Inglês
Artelharía { XII.....	406/50	VIII..... 381/42
{ XVI.....	152/53	XII..... 140/50

Pêso da bordada de artelharía grossa:	11.430	6.967
--	--------	-------

Espanha

O novo programa espanhol e o equilibrio do Mediterraneo.— Com o aniquilamento das marinhas austriaca e turca e com a concentração de importantes fôrças navais inglesas no Mediterraneo, ficou profundamente alterado o equilibrio naval das grandes potencias naquele mar, facto que mais se agravará com o desenvolvimento da marinha espanhola, a que já nos referimos noutras crónicas.

Como a Italia e a França deliberaram sustar a construção de grandes unidades durante algum tempo, o novo programa espanhol, incluindo 3 couraçados de 25.000 toneladas, além doutros navios, dá logar a sérias reflexões naqueles paises.

Efectivamente, a Espanha, desde que tenha concluido os navios agora projectados, encontrar-se-ha em condições de tirar muito partido da posição que ocupa na parte occidental do Mediterraneo e a sua amizade não será factor desprezível nas futuras combinações politicas.

A *Revista Marittima*, italiana, também no último número, se refere largamente ao assunto, terminando as suas considerações com estas palavras: «Não há duvida de que a Espanha procura vir a ocupar importante posto na futura luta de competencias nos armamentos navais, o que fará nascer evidentemente um novo factor na politica do Mediterraneo».

Holanda

Politica naval.— Referimo-nos na *crónica* de Agosto, ao programa de construções navais do Govêrno holandês; podêmos agora acrescentar que na discussão dêste programa surgiram grandes dificuldades entre o Govêrno, o Parlamento e os centros navais, de que resultou não se ter difinido ainda precisamente a attitude que o país deve adoptar em relação ás novas construções.

Nos centros profissionais julga-se que a Holanda não pode prescindir de uma marinha de grandes unidades de superficie para sustentar as suas colónias da Oceania; o Parlamento por seu lado mostra-se favoravel á fuzão dos ministerios da marinha e da guerra e o antigo ministro entendia que o mais conveniente seria demorar a construção dos cruzadores e empregar todos os recursos disponiveis na construção de submarinos e draga-minas. Destas discordâncias resultou que nos ultimos tempos só tem progredido activamente a construção da flotilha submarina.

M. O.

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS

França

- 1 MADELIN (Louis). — *La Bataille de 1918*. 1920. Vol. in-8 écu, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 10 fr.
- 2 MERMEIX. — *Le Commandement unique. I: Foch et les Armées d'Occident*. 1920. Volume 12/18,5, broché. Editeur Bergér Levrault Paris. 7 fr.
- 3 STIRN (Lieutenant-colonel). — *Procédés de combat du bataillon et de la compagnie d'infanterie*. 1912. Volume in-8, avec 24 figures. Editeur Berger Levrault Paris. 4 fr. + 50 %.
- 4 VASCHALDE (Capitaine de frégate J.). — *Marine et Guerre navale*. Préface de J. BELS, ancien sous-secrétaire d'État à la Marine de guerre. 1920. Volume 13,5/20, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 9 fr.
- 5 MONDEIL (Lieutenant). — *De la résolution des problèmes de tir sur le champ de bataille*. 1900. Volume in-8, avec 108 figures, 2 planches en couleurs et 40 fragments topographiques. Editeur Berger Levrault Paris. 6 fr. + 50 %.
- 6 ROUSSEAU (Capitaine). — *Le Soldat et la Section au Service en campagne*. 1911. Volume in-8, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 5 fr. + 50 %.
- 7 DOUMENC (Commandant). — *Les Transports automobiles sur le front français, 1914-1918*. Avant-propos du maréchal Foch. Préface du gé-

- néral PAYOT. 1920. Volume in-16, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 8 fr.
- 8 SPONT (Henry). — *Psychologie de la guerre*. 1920. Volume 13/19, b. Editeur Berger Levrault Paris. 7 fr.
- 9 SARRAIL (Général). — *Mon Commandement en Orient (1916-1918)*. 1920. Volume 12/19, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 7 fr. 75.
- 10 MAZÉ. — *Histoire d'un régiment d'infanterie pendant la guerre (317^e d'infanterie). Mémoires d'un commandant de compagnie*. 1920 Volume 12/18,5 br. Editeur Berger Levrault Paris. fr. 6.
- 11 MICHELIN. — *L'Alsace et les Combats des Vosges*. 1920. Volume I, 25/14. cartonné. Editeur Berger Levrault Paris. fr. 5.
- 12 MICHELIN. — *Les Batailles de la Somme*. 1920. Volume 25/14, cart. Editeur Berger Levrault Paris. 5 fr.
- 13 NAVARRE (A.-J.). — *Les Services Automobiles pendant la Guerre*. 1920. Volume grand in-8, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 12 fr.
- 14 RIPERT D'ALAUZIER (Capitaine DE). — *Questions de Philosophie militaire. Instruction et éducation*. Propos d'un officier d'infanterie. 1911. Volume in-8, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 3 fr. + 50%.
- 15 DUBAIL (Général). — *Quatres années de commandant. 1914-1918*. Tome I. 1920. Volume grand in 8, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 18 fr.
- 16 — N. . . — *Annuaire Officiel des Troupes coloniales*. 1920. Volume 27,5/18,5, broché. 10 fr. — Cartonné. Editeur Berger Levrault Paris. 15 fr.
- 17 EPÉRANDIEU (Dommandant). — *Gutde pratique pour la lecture et l'emploi de la carte d'Etat-major*. 1920. Volume 19/12,5, broché. Editeur Berger Levrault Paris. 2 fr.

Inglaterra

- 1 COOKE (C. H.) Historical Records of the 19th Service Battalion, Northumberland Fusiliers (Pioneers). Cr. 8vo pp. 322. *Chamber of Commerce* (Newcastle) 12/6
- 2 DAVISON (H. P.) American Red Cross in the Great War. 8vo. *Macmillan* n. 16/
- 3 DIARY of a U-Boat Commander, The. With an Introduction and Explanatory Notes by Etienne. Illustrated by Frank H. Mason. Cr. 8vo, pp. 288. *Hutchinson* n. 8/6
- 4 DOMELIER (Henri) Behind the Scenes at German Headquarters. With Introduction by Maurice Barres. 8vo, pp. 272. *Hurst & Blackett*. n. 16/
- 5 DUFFY (Francis P.) Father Duffy's Story. 8vo. *Hodder & S.* n. 12/6
- 6 EASTERN Nights — and Flights. A Record of Oriental Adventure. By «Contact» (Alan Bott). Cr. 8vo, pp. 315. *Blackwood* n. 7/6
- 7 FLETCHER (C. R. L.) The Great War. 1914-1918. A Brief Sketch. Cr. 8vo, pp. 212. *J. Murray* n. 6/
- 8 FLOYD (Thomas Hope) At Ypres with Best Dunkley. Cr. 8vo, pp. 245. *J. Lane* n. 6/
- 9 FOREMAN (T.) Whizz Bangs! True Episodes of the War. 18mo, swd. *Drane* n. 1/6
- 10 FROM the Gulf to the Caspian. Souvenir Booklet of 33rd Motor Ambulance Convoy. Mesopotamia and N. Persia. Cr. 8vo, pp. 43. *R. Williamson*. n. 4/
- 11 KLUCK (Alexander Von) The March on Paris and the Battle of the Marne, 1914. Royal 8vo, pp. 187. *E. Arnold* n. 10/6
- 12 KNIGHT (E. F.) The Union-Castle and the War, 1914-1919 Illustrated. Cr. 8vo, pp. 79 *Union-Castle Steamship Co.*
- 13 MAGAZINE and Record of the 1st Battalion the Bedfordshire and Hertfordshire Regiment. No. 1. — April, 1920. Cr. 8vo, pp. 40 *Goojerat Barracks* per annum, 8/
- 14 MEAKIN (W.) The Fifth North Staffords and North Midlands Territo-

- rials (46th and 49th Divisions), 1914-19. Cr. 8vo, pp. 175. *Hughes & Barber* 25/
- 15 NATIONAL Union of Teachers' War Record. 1914-1919. Cr. 8vo, pp. 207. *Nat. Union of Teachers.*
- 16 PONSONBY (Lt.-Col. Rt. Hon. Sir Frederick) The Grenadier Guards in the Great War of 1914-1918. With an Introduction by Lt.-Gen. Earl of Cavan. 3 Vols. Royal 8vo, pp. 396, 390, 361. *Macmillan* per set, n. 63/
- 17 REQUIN (Lt.-Col. E.) America's Race to Victory. With an Introduction by Gen. Peyton C. March. Cr. 8vo, pp. 228. *Stokes Co.* (New York).
- 18 ROOSEVELT (Kermit) War in the Garden of Eden. Illustrated from Photos by the Author. Cr. 8vo, pp. 263. *J. Murray* n. 10/6
- 19 THURTLÉ (Ernest) Military Discipline and Democracy. Cr. 8vo, swd. *Daniel* n. 2/
- 20 TUOHY (Captain Ferdinand) The Secret Corps. A Tale of «Intelligence» on all Fronts. 8vo, pp. 289. *J. Murray* n. 7/6
- 21 WIGRAM (Rev. W. A.) Our Smallest Ally. Cr. 8vo, swd. *S.P.C.K.* n. 1/6
- 22 WILLSON (Lt.-Col. Beckles) Ypres: The Holy Ground of British Armies. 8vo. *Batsford.* n. 2/
- 23 YOUNG (E. Hilton) By Sea and Land. Some Naval Doings. 8vo, pp. 362. *Jack* n. 12/6
- 24 BARBER (Margaret H.), The Narrative of. April, 1916-December, 1919. British Nurse in Bolshevik Russia. Cr. 8vo, swd. *Fifield.* n. 1/6
- 25 BARING (Maurice) R.F.C. H.Q., 1914-1918. Cr. 8vo, pp. 315. *G. Bell* n. 8/
- 26 GIBSON (Bomb. J.) How to Signal by Many Methods. Cr. 8vo, swd., pp. 105. *Gale & P.* n. 1/
- 27 HAMILTON (General Sir Ian) Gallipoli Diary. In 2 vols. 8vo, pp. 302, 356. *E. Arnold.* per set, n. 36/
- 28 HOOK (F. A.) Merchant Adventurers, 1914-1918. 8vo, pp. 328. *Black* n. 10/6
- 29 HOWARD (E. F.) Friends' Service in War Time. Cr. 8vo, pp. 48. *Friends' Council* 6d
- 30 HURD (Archibald) A Merchant Fleet at War. Royal 8vo, pp. 140. *Cassell* n. 12/6
- 31 MACALISTER (Donald A.) Field Gunnery. A Practical Manual, prepared with special reference to the Heavies. 18mo, pp. 240 *J. Murray.* n. 3/6
- 32 MATTHEWS (E. C.) Subaltern in the Field. Cr. 8vo. *Heath Cranton* n. 5/6
- 33 NOBLE (Walter) With a Bristol Fighter Squadron. With an Introduction by the Rt. Hon. Winston Churchill. Cr. 8vo, pp. 186. *A. Melrose* n. 3/6
- 34 PEPYS (Samuel) and the Royal Navy. Lees Knowles Lectures, delivered at Trinity College, Cambridge, November 6, 13, 20, and 27, 1917. by J. R. Tanner. 8vo, pp. 83. *Camb. P.* n. 6/6
- 35 PERRIS (George Herbert) The Battle of the Marne. Cr. 8vo, pp. 285. *Methuen* n. 10/6
- 36 PRICHARD (Major H. Hesketh) Sniping in France. With Notes on the Scientific Training of Scouts, Observers, and Snipers. With a Foreword by general Lord Horne of Stirkoke. 8vo, pp. 269. *Hutchinson* n. 12/6
- 37 RICHARDSON (Lt.-Col. E. H.) British War Dogs: Their Training and Psychology 8vo, pp. 288. *Skeffington* n. 21/
- 38 SHAKESPEAR (John) Historical Records of the 18th (Service) Battalion, Northumberland Fusiliers (Pioneers). Cr. 8vo, pp. 211. *Guildhall* (Newcastle-on-Tyne).
- 39 STEELE (Captain Harwood) The Canadians in France, 1915-1918. 8vo, pp. 364. *T. F. Unwin.* n. 21/
- 40 STILL (John) A Prisoner in Turkey. Cr. 8vo, pp. 250. *J. Lane* n. 7/6
- 41 THOMPSON (Beatrice) Four Months in Italy in War Time. Cr. 8vo. *J. Lane* n. 5/

- 42 WHITMORE (F. H. D. C.) The 10th (P.W.O.) Royal Hussars and the Essex Yeomanry, 1914-1918. Demy 8vo, pp. 334. *Benham & Co.*

PERIODICOS

Portugal

- 1 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 9 e 10 de Setembro e Outubro de 1920. Le Bas-fond de la Judie. A reorganização do Banco de Portugal.—Carta de Americo Vespucci. Essai sur les cartes qui font défaut dans la plus ancienne cartographie portugaise de l'Archipel des Indes Orientales Néerlandaises. Etc.
- 1 *Revista de Artelharia*, n.º 187 e 188 de Janeiro e Fevereiro de 1920. Estudo sobre a defesa das costas. Encobriamento das peças. Notas da Guerra. Etc.

Cuba

- 1 *Boletín del Ejército*, n.º 53 de Julho de 1920. Con un regimiento de cañones de 75^{mm} en la defensiva del Marne y la Champagne. Instrucción y adiestramiento de las Fuerzas de Caballería. La influencia del submarino en la Guerra Naval. Etc.

Espanha

- 1 *Memorial de Caballería*, n.º 51 de setembro de 1920. La doctrina francesa acerca de la Caballería. Yegudas militares. Para qué sirve la Caballería.

França

- 1 *La Revue d'Infanterie*, n.º 336 de 15 de Setembro de 1920. La tactique défensive allemande em 1918. — Ses caractéristiques et ses méthodes d'exécution. L'Infanterie. Le nouveau règlement de manœuvre de l'infanterie. Les méthodes de tir antiaérien des mitrailleuses. Etc.
- 1 *Revue Militaire Générale*, n.º 6 de junho de 1920. Les forces militaires de la France. L'action du haut commandement antérieure aux opérations. La cavalerie moderne. — Cavalerie et chars d'assaut.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 9 de Setembro de 1920. Notre doctrine tactique. Etude sur la réorganisation de l'infanterie. Etc.

Uruguay

- 1 *Revista Militar y Naval*, n.º 2 de Agosto de 1920. Vivac y desfile Militar. La milesima y sus aplicaciones.

